

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG  
CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MICHELLE FERREIRA ALVES DE LIMA**

**EVIDENCIAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS  
REGISTRADAS NA BM&FBOVESPA NO SETOR DE ATUAÇÃO DE MATERIAIS  
BÁSICOS DO SEGMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS**

**SOUSA**

**2015**

**MICHELLE FERREIRA ALVES**

**EVIDENCIAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS  
REGISTRADAS NABM&FBOVESPA NO SETOR DE ATUAÇÃO DE MATERIAIS  
BÁSICOS DO SEGMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Fabiano Ferreira  
Batista

**SOUSA**

**2015**

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“Evidenciação de Custos e Despesas Ambientais nas Empresas Registradas na BM&FBOVESPA no Setor de Atuação de Materiais Básicos do Segmento de Materiais Diversos”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, PB, 27 de fevereiro de 2015.

---

Michelle Ferreira Alves de Lima

Orientanda

**MICHELLE FERREIRA ALVES**

**EVIDENCIAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS  
REGISTRADAS NABM&FBOVESPA NO SETOR DE ATUAÇÃO DE MATERIAIS  
BÁSICOS DO SEGMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS**

Monografia apresentada em março de 2015, ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Fabiano Ferreira Batista- Orientador

---

Prof. Me. Lucia Silva Albuquerque (Membro examinador 1)

---

Prof. Me. Gianinni Martins Pereira Cirne (Membro examinador 2)

**SOUSA**

**2015**

## DEDICATÓRIA

Dedico,

“Toda honra e toda glória” ao meu Deus.

Dedico,

Toda sabedoria e inteligência ao Senhor Deus da Sabedoria.

Dedico,

A Ele por toda Direção dada durante esse tempo, pois Ele é o Pai de Todos os tempos e épocas.

Àquele que dá o fôlego de vida a cada um, em particular, e por causa de sua mão poderosa sobre nós, é que respiramos, nos movemos e vivemos. Ninguém é mais merecedor do que Ele.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pelo grande milagre da vida, que se renova a cada manhã.

À minha família: Pais, irmãos, esposo, filhos para quem empenho meus esforços de lutar dia após dia, de vencer cada fase, de superar cada barreira.

A meu orientador Fabiano, porque demonstrou tolerância, fez seu papel dando-me soluções, ajudando-me;

A todos os nossos queridos professores.

## RESUMO

A sociedade tem pressionado as empresas através de sua decisão de compra de produtos, a implantação da gestão ambiental, com o objetivo de minimizar ou eliminar os impactos ambientais causados por suas atividades produtivas. A evidenciação ambiental é utilizada pelas organizações como meio para comunicar os aspectos e impactos ambientais, o tema desperta interesse tanto na comunidade científica quanto na empresarial, contudo acredita-se haver oportunidades de aperfeiçoamento para o tema. O presente estudo teve como objetivo geral avaliar de que forma as empresas brasileiras do segmento de materiais diversos registradas na BM&FBOVESPA no período de 2011 a 2013 têm evidenciado seus custos e despesas de natureza ambiental. Para tanto foram analisadas as Demonstrações Financeiras e Demonstrações de caráter voluntário em três companhias, utilizando variáveis de investigação baseadas no Questionário ISE. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória segundo os objetivos; documental e bibliográfica a cerca dos procedimentos de coleta de dados; e qualitativa de acordo com a natureza dos dados. Como resultado, a pesquisa constatou que a empresa que mais evidencia em custos e despesas ambientais é a Cia Providência, pois segundo os dados, os maiores gastos da Cia Providência foi com despesas, referentes à restauração e reestruturação e Gestão Ambiental; a Magnesita e a Sansuycor custos ambientais, no que diz respeito a manutenção, licenciamento e processos judiciais, muito embora de forma qualitativa.

**Palavras - chave:** Setor de Materiais Básicos; Gestão Ambiental; Impactos Ambientais; Custos e investimentos Ambientais; Legislação Ambiental.

## ABSTRACT

The company has pushed companies through its decision to purchase products, the implementation of environmental management, in order to minimize or eliminate environmental impacts caused by its environmental disclosure productivas. A activities is used by organizations as a means to communicate aspects and environmental impacts, the subject arouses interest in both the scientific community and in business, however it is believed there opportunities for improvement at the subject. This study aimed to assess how Brazilian companies of various materials segment registered at the BM & FBOVESPA in the 2011-2013 period have shown their costs and environmental costs. To the Financial Statements and voluntary character of both statements were analyzed in three companies using research variables based on ISE Questionnaire. This is a descriptive and exploratory research according to the objectives; documents and literature about data collection procedures; and qualitative according to the nature of dados. Como result, the survey found that the company for demonstrating environmental costs and expenses are Cia Providence, because according to the data, the higher expenses of the Company Providence was with costs related to restoration and restructuring and Environmental Management; Magnesita and Sansucom environmental costs, with respect to maintenance, licensing and litigation, although qualitatively.

**Key-words:** Basic Materials Sector; Environmental Management; Environmental Impacts; Environmental costs and investments; Environmental legislation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis de Investigação Sobre a Evidenciação de Custos e Despesas Ambientais .....	22
Quadro2– Certificações concedidas à Empresa Sansuy pelas práticas ambientais .....	53
Quadro3 – Certificações concedidas à Empresa Cia Providência pelas práticas ambientais .....	55
Quadro 4 – Certificações concedidas à Empresa Magnesita pelas práticas ambientais .....	60
Quadro 5 – Evidenciação e Mensuração de Custos e Despesas da Sansuy.....	62
Quadro 6 – Evidenciação e Mensuração de Custos e Despesas da Cia Providência.....	65
Quadro 7 – Evidenciação e Mensuração de Custos e Despesas da Magnesita .....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Práticas de Sustentabilidade da Sansuy .....	54
Tabela 2 – Principais Práticas de Sustentabilidade da Cia Providência.....	58
Tabela 3 – Principais Práticas de Sustentabilidade da Magnesita .....	61
Tabela 4 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Sansuy .....	63
Tabela 5 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Cia Providência .....	67
Tabela 6 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Magnesita .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AIA**- Avaliação de Impactos Ambientais
- ABERJE** – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACV** – Análise de Ciclo de Vida de Produtos
- APIMEC** – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
- APP** – Reserva Legal de Áreas de Preservação Permanente
- BM&FBOVESPA** – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
- BP** – Balanço Patrimonial
- BS** – Balanço Social
- BVQI** – Bureau VeritasQuality Internacional (Uma empresa privada que realiza certificações em Normas como a ISO 9001, ISO 14001, a OHSAS 18001, SA8000, entre outras que tem por objetivo Indicar padrões de qualidade na produção, comercialização e respeito ao meio ambiente pelas empresas no mundo todo.
- Ca.** – Calcário
- CIA** – Companhia
- CNEP** – Companhia Nacional de Eventos e Pesquisas
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- DFC** – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- DLPA** – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- DRE** – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA** – Demonstração do Valor Adicionado
- ECO-92** – Conferência de Estocolmo – 1992
- EIA** – Estudo de Impactos Ambiental
- ETEs** – Tratamento de Efluentes
- FUNIBER** – Fundação Universitária Iberoamericana
- GRI** - Iniciativa de Relatório Global
- IATF** – Indústria Internacional Automotiva Task Force

**ICI** – Impacto da Carga Industrial

**INMETRO**– Instituto Nacional de Metodologia, Normatização e Qualidade Industrial

**ISE** – Índice de Sustentabilidade

**ISO 14001/18001** – Norma para Sistemas de Gestão Ambiental

**ISO 9000/9001** – Norma para Sistemas de Gestão de Qualidade

**ISO/TS** – Normas dos Sistemas de Qualidade da Indústria Global

**KAMI** – Marca Registrada de Descartáveis da Cia Providência

**LI** – Licenciamento de Instalação

**LO** – Licenciamento de Operação

**LP** – Licenciamento Prévio

**MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

**Mg** – Magnésio

**NBC** – Normas Brasileiras de Contabilidade

**NE** – Notas Explicativas

**OCA** – Organismo de Certificado Acreditado

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PCA** – Plano de Controle Ambiental

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PP** – Polipropileno

**PPA** – Processos e Atividade da Companhia

**PRAD** – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

**PVC** – Policloreto de Vinila

**RA** – Relatório Administrativo

**RH** – Recursos Humanos

**RS** – Relatório de Sustentabilidade

**S.A** – Sociedades Anônimas

**SGA** – Sistema de Gestão Ambiental

**SIG** – Sistema Integrado de Gestão

**SISNAMA**– Sistema Nacional do Meio Ambiente

**TECPAR** – Instituto de Tecnologia do Paraná

**TNT** – Tecido Não Tecido

**TRI** – Relatório de Inventário de Emissões Tóxicas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 Tema e Problemática .....	16
1.2Objetivos .....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.3 Justificativa .....	19
1.4 Procedimentos Metodológicos .....	20
1.4.1Classificação da Pesquisa .....	21
1.4.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta e Análise de Dados .....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	25
2.1 A Responsabilidade empresarial frente ao meio Ambiente.....	27
2.2 A Gestão Ambiental empresarial e social .....	28
2.2.1 Medidas de Proteção Ambiental .....	29
2.2.2 Política Ambiental .....	30
2.3 Legislação Ambiental .....	30
2.4 As Relações das Empresas com o Meio Ambiente em uma Visão Sistêmica .	32
2.5 Ações Organizadas para um Desenvolvimento Sustentável. O Protocolo Verde .....	33
2.6 Itens ambientais .....	35
2.7 Contabilidade Ambiental - Vantagens.....	37
2.7.1 - Situação atual do Uso da Contabilidade Ambiental .....	37
2.7.2 Contabilidade Ambiental – Futuro sustentável, responsável e transparente: .....	38
2.8 Contabilidade ambiental - Evidenciação e Mensuração.....	43
2.8.1 Demonstrativos/Relatórios Contábeis Obrigatórios .....	43
2.8.2 Demonstrativos/Relatórios Contábeis Voluntários .....	44
2.9 A Fabricação de Materiais Básicos do segmento de Materiais diversos.....	45
2.9.1 Desempenho ambiental setorial-Vantagens .....	47
2.9.2 Desempenho ambiental – Controle dos Impactos .....	48
<b>3 ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	49

3.1 Características das Empresas do Setor de materiais básicos do segmento de materiais diversos .....	49
3.1.1 A Companhia Providência Indústria e Comércio .....	49
3.1.2 Magnesita Refratários S.A .....	50
3.1.3 Sansuy S.A Indústria de Plásticos .....	51
3.2 Evidenciações Ambientais identificados nos Documentos Oficiais das Empresas.....	52
3.2.1 Empresa Sansuy S.A.....	52
3.2.2 Cia Providência Indústria e Comércio.....	55
3.2.3 Magnesita Refratários S.A .....	59
3.3 Evidenciação dos Custos e Despesas Ambientais das Empresas;.....	62
3.3.1 Empresa Sansuy S.A.....	62
3.3.2 Empresa Cia Providência .....	65
3.3.3 Empresa Magnesita S.A .....	68
3.4 Distinção entre os custos e despesas ambientais divulgadas, classificadas conforme a literatura vigente.....	72
3.5 Comparação das Práticas Ambientais das Três Empresas do Setor de Materiais básicos do segmento de materiais diversos com os Resultados Divulgados sobre os Custos e Despesas Ambientais .....	74
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema de responsabilidade social e ambiental das organizações está muito em evidência, bem como a responsabilidade dos indivíduos que abitam o nosso planeta. Pode-se exemplificar através da crescente consciência social e ecológica dos consumidores que poderá ser parte da solução dos problemas ambientais. Dessa forma o cidadão, enquanto consumidor poderá optar por adquirir um produto fabricado por uma empresa responsável socialmente.

Conforme Calixto (2006) a sociedade deve pressionar as empresas de alguma forma, quer na decisão de compra de produtos, em audiências públicas para aprovação ou não de algum empreendimento que afetará a vida das pessoas que vivem no entorno de empreendimentos empresariais, como é o caso de mineradoras e hidrelétricas, por exemplo, ou quanto à imagem que os consumidores fazem das empresas, de acordo com a conduta percebida, por suas atitudes, os investimentos que fazem, sua publicidade e por que não, de acordo com os relatórios contábeis.

Assim, a responsabilidade social e ambiental das organizações passa necessariamente pela constituição de um modelo de prestação de contas voltado ao atendimento dos interesses dos acionistas e também das partes interessadas.

As empresas, para exercerem suas atividades produtivas, necessitam utilizar vários recursos da sociedade: financeiros, intelectuais, da natureza, bem como a infraestrutura provida pelo estado em nome da sociedade. Esses recursos, após o consumo, são transformados e, posteriormente, disponibilizados para a sociedade através de produtos e serviços. Os resíduos são devolvidos à natureza, afetando, assim, negativamente o capital natural da humanidade.

No Brasil, as empresas não são obrigadas a divulgar informações relacionadas com a sua responsabilidade social ou ambiental. Normalmente as empresas o fazem de forma voluntária, ou seja, através de relatórios de sustentabilidade, baseados em modelos nacionais ou internacionais, ou como complemento dos Relatórios Financeiros Anuais.

A termo Sustentabilidade vem em uma constante evolução, ganhando uma interpretação bastante ampla no meio econômico. Atualmente, sustentabilidade não é apenas garantir que as gerações futuras tenham os recursos naturais que

necessitam para sobreviver. As empresas devem atuar garantindo a preservação ambiental, a justa distribuição das riquezas ou a equidade social, além de sua eficiência econômica.

A empresa que busca estes padrões de desenvolvimento e operação de acordo com a legislação de qualidade do produto ambiental e visa à preservação e que manifesta intenção de avançar em direção ao justo e correto, está sendo cada vez mais valorizada dentro da sociedade, ganhando a preferência de consumidores e investidores, também (BAUER; NAIME,2012).

A conduta dos consumidores em relação à compra de produtos mais “limpos” aumenta lentamente, pois esse novo consumidor exige produtos de alta qualidade dentro dos padrões legais, e começa a fazer do seu gesto de consumo uma atitude engajada com o que percebe ser consumo ambientalmente responsável.

Uma das razões para uma empresa adotar os procedimentos relacionados à contabilidade ambiental, segundo Pires et al. (2011), consiste na pressão exercida pelos usuários das informações contábeis e dentre os principais interessados observa-se: trabalhadores, investidores, comunidade local, clientes, fornecedores, administração pública, entidades financeiras e investidores, público em geral e organizações ecológicas.

Entretanto, a Contabilidade Ambiental apareceu atrelada as empresas com intuito de registrar e evidenciar de maneira apropriada as informações contábeis ajustadas ao meio ambiente, cujo objetivo é a cooperação com o processo, ainda mais, contribuindo como um manancial de auxílio na tomada de decisão estratégica das empresas. Ela precisa registrar e prestar informações de todos os fatos referentes ao meio ambiente, tendo em vista que esse patrimônio pertence à sociedade.

Nesse sentido, este estudo trata da evidenciação dos custos e despesas ambientais nas empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor de atuação de materiais básicos e sub setor e segmento de materiais diversos no período de 2011 a 2013.

## 1.1 Tema e Problemática

Segundo estudos, no Brasil, o primeiro dispositivo legal, visando a minimizar os impactos negativos causados por atividades consideradas nocivas ao meio ambiente, tais como mineração, transformação de plásticos, outros materiais diversos, etc., foi a Lei nº 6938, de 31/08/1981, que, através do Decreto Federal nº 88.351, instituiu o Licenciamento Prévio (LP), Licenciamento de Instalação (LI) e Licenciamento de Operação (LO). A partir de 1986, com a Resolução do CONAMA nº 01, estabeleceram-se as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (BURSZTYN, 1994).

Em 1989, o Decreto Federal nº 97.632 definiu, em seu artigo 1º, que os empreendimentos que se destinam à exploração dos recursos minerais deverão submeter seus projetos à aprovação dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes deverão executar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental, bem como o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). E aqueles empreendimentos já existentes deverão regularizar sua situação por meio desse documento específico. A conservação e o desenvolvimento sustentável, atualmente, ocupam lugar de destaque na política internacional como parte integrante das grandes decisões políticas, sociais e econômicas. Já no comércio internacional de produtos, imperam as considerações para o desenvolvimento sustentável. Muitos consumidores, individuais ou coletivos, dão preferência a compra de produtos naturais ou manufaturados que tenham sido obtidos com sustentabilidade, isto é, a partir de processos aceitáveis, de acordo com o ponto de vista ambiental (ISOs 9000 e 14000). Inclusive têm sido registradas ameaças de boicote a produtos cuja matéria-prima ou processos de produção não possuam "selos verdes" de qualidade ambiental. As empresas empenhadas nesse processo possuem planos, a curto, médio e longo prazo, para obtenção de um desenvolvimento sustentado com grande consciência ecológica. Dessa forma, é possível atingir uma harmonia entre trabalho, seriedade, qualidade e meio ambiente, o que, com certeza, garantirá a viabilidade de projetos para um futuro pleno de sucesso.

Sobre as atividades das empresas objeto dessa pesquisa, pode-se exemplificar citando a fabricação de TNT que é um material confeccionado em tecido a base de polipropileno transformado e viscose que apresentam entre suas principais características o fato de serem atóxicas e semipermeáveis, impedindo a passagem de partículas ou gotas de fluidos contaminados, obedecendo assim os rígidos padrões de qualidade. OTNT é conhecido como "Tecido não Tecido", pois não é feito da maneira convencional sendo constituído com polímero 100% em polipropileno que permite fácil transformação no processo de fabricação (Spunbond) com filamentos contínuos termossoldados. Em outras palavras é um tecido produzido em processo semelhante ao de fazer papel. Fibras de polímero são prensadas na temperatura certa se fundindo e dando origem ao tecido fibroso. É biodegradável e aprovado pelos órgãos que regem e ditam a proteção da ecologia mundial. Os tecidos não tecidos biodegradáveis, ou seja, se degradam em um tempo muito menor que os plásticos comuns, contribuindo para a redução de resíduos e do lixo urbano e para a preservação do meio-ambiente. "Biólogos afirmam que, para se decompor na natureza, as sacolas plásticas levam cerca de 200 anos. O prazo do TNT é de 6 meses a um ano". Já em comparação com empresas que produzem materiais plásticos os quais são formados por diversos polímeros, observou-se que os mesmos se tornam atrativos para a maioria dos usos a que estão associados, incluindo embalagens, devido a sua força e resistência, durabilidade e longa vida, baixo peso, excelente barreira contra água e gases, resistência à maioria dos agentes químicos, excelente processabilidade e baixo custo. Tais propriedades, no entanto, são também um grande problema ao final da vida útil desses produtos, especialmente o uso único em produtos como sacolas e embalagens. A sua inércia inerente permite que persistam no ambiente e o seu baixo custo fazem com que sejam altamente descartáveis. Alguns países, como a Suécia e a Alemanha, tornaram os fabricantes legalmente responsáveis pela coleta e reciclagem das embalagens usadas em seus produtos. Se o impacto ambiental fosse incluído na determinação do custo dos materiais virgens, o plástico reciclado seria a alternativa melhor. Não importa quantas vezes se pode reutilizar os plásticos tradicionais. Isto não leva ao seu desaparecimento. A maior parte (mais de 80%) dos plásticos pós-consumo no Brasil vai acabar depositada nos aterros sanitários, nos

lixões, nas ruas, parques, lagos, rios, mares, ou seja, no meio ambiente, se acumulando nestes locais por décadas antes que comecem a se degradar.

Considerando as argumentações, associadas à dificuldade e necessidade de obtenção de informações que dizem respeito aos custos de natureza ambiental e ainda, tendo em vista a dificuldade de sua mensuração, o presente estudo busca responder a seguinte questão: Como as empresas instaladas no Brasil registradas na BM&FBOVESPA do segmento de materiais diversos têm evidenciado os custos e despesas de natureza ambiental?

## **1.2Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Avaliar de que forma as empresas brasileiras do seguimento de materiais diversos registradas na BM&FBOVESPA no período de 2011 a 2013 têm evidenciado seus custos e despesas de natureza ambiental.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Verificar as práticas e impactos ambientais nos documentos oficiais das empresas estudadas;
- Fazer distinção entre os custos e despesas ambientais divulgadas, classificando-as conforme a literatura vigente;
- Comparar as práticas ambientais apresentadas pelas três empresas do segmento de materiais diversos com os resultados divulgados sobre os custos e despesas ambientais.

### 1.3 Justificativa

A questão ambiental tem se tornado mais frequentemente discutida à medida que se constata que a intervenção do ser humano sobre os sistemas naturais pode comprometer tanto a qualidade de vida da atual população como a vida das próximas gerações. Como consequência desse fato, a questão ambiental vem se transformando num importante diferencial competitivo, com o qual as organizações devem se preocupar, pois as práticas da sociedade em relação ao meio ambiente começaram a mudar, levando o cidadão a ficar mais atento as questões ambientais relacionadas à gestão empresarial e buscar consumir produtos fornecidos por empresas que possuam uma política ambiental clara e satisfatória.

Para isto, o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental que induzem à adoção das práticas de sustentabilidade é um passo fundamental para a qualidade de vida das comunidades e a evidenciação dos mesmos é um fato social que acaba garantindo uma vantagem competitiva no posicionamento de mercado da imagem da organização que não pode ser negligenciado (BAUER & NAIME,2012).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 89) Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Dessa forma a organização interna e externamente mobiliza-se para conquistar a qualidade ambiental desejada como forma de atender às exigências da sociedade e do governo quanto à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A utilização dos recursos que não comprometam as atividades empresariais e da sociedade e a disponibilidade futura, manifesta-se como uma das formas de atender às exigências da sociedade e do Governo com a preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 262) relatam três questões básicas sobre evidenciação: a quem divulgar a informação, qual o propósito e qual a extensão em que se deve revelar. Assim, estabelece-se o usuário que vai receber as informações possibilitando flexibilidade na maneira e na linguagem como elas devem ser

divulgadas. Diante desse fato, surge a necessidade um grande número de informações com detalhes da relação das empresas com o meio ambiente. Por isso, a mensuração e a evidenciação de informações de natureza ambiental são indispensáveis no contexto organizacional, pelo seu valioso poder de calcular os riscos, determinar o valor da entidade e estudar as oportunidades de cada investimento, na procura pela informação para os usuários internos e externos, que crescem na medida da necessidade de entender a conjuntura empregada e as práticas utilizadas para auxiliar na tomada de decisão.

No Brasil, até o presente momento, poucas pesquisas foram realizadas sobre o mesmo. Salientam-se o estudo de Melo e Oliveira (2014) que tratou da evidenciação dos custos e despesas ambientais nas principais empresas do segmento de adubos e fertilizantes do país registradas pela BM&FBOVESPA e pelo índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no período de 2008 a 2012; Gomes, Melo e Reis (2013) que analisaram a evidenciação dos passivos ambientais preconizados no Questionário ISE da empresa do setor de mineração Vale S/A registrada na BM&FBOVESPA; Melo, Diniz e Batista (2012) que abordaram a evidenciação das informações ambientais, pertinentes aos problemas causados ao meio ambiente e sua relação com a contabilidade das empresas do ramo calçadista na BOVESPA.

Diante disso, justifica-se a realização do estudo acerca da evidenciação de custos e despesas ambientais em função do baixo número de pesquisas realizadas no país até o presente momento e, também pela importância de estudos para a sistemática do conhecimento científico e da relevância para o estudo na pesquisa com empresas que se encontram listadas na BM&FBOVESPA e que são empresas potencialmente poluidoras.

#### **1.4 Procedimentos Metodológicos**

O estudo observa e pesquisa três empresas registradas na BM&FBOVESPA a respeito da questão ambiental. São estas a Cia. Providência Indústria e Comércio instalada em São José dos Pinhais, Paraná, cuja atividade principal é a fabricação e comercialização de tecido não tecido, resultante da transformação de polipropileno. A segunda empresa é a Magnesita Refratários S.A, instalada em Contagem, Minas

Gerais. Exerce a atividade de mineração, produção e comercialização de Extensa Linha de materiais refratários. A terceira empresa analisada é a Sansuy S.A Indústria e Comércio de Plásticos. Se localiza em Camaçari na Bahia. A atividade principal é a Indústria e comércio de artefatos plásticos. Sabendo-se que a área da evidencição contábil de fatos ambientais é um campo que permite a realização de pesquisas científicas dessa forma, entende-se por pesquisa, o procedimento lógico e organizado que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são apresentados. Isso mostra que a pesquisa deve ser solicitada quando não se dispõe de informações suficientes para responder a determinados problemas, ou quando tais informações não totalmente claras.

#### *1.4.1 Classificação da Pesquisa*

Quanto aos objetivos a pesquisa foi classificada como descritiva, onde os fenômenos referentes à evidencição dos custos e despesas ambientais, foram analisados, interpretados e evidenciados. Segundo KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS (2010, p. 29): a Pesquisa Descritiva visa as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

A pesquisa descritiva engloba um estudo específico, em relação aos fatos que ocorrem dentro da empresa, seja em relação à população, fenômeno ou relações entre variáveis, feita através da coleta de dados, que é uma de suas características mais significativas, uma vez que será utilizada neste estudo.

Em relação aos objetivos a Pesquisa foi classificada como exploratória, por proporcionar informações mais detalhadas sobre as empresas cadastradas na BM&FBOVESPA que exercem atividade na transformação de materiais diversos e se utilizam de recursos ambientais, analisando os impactos nas áreas de estudo definidas para cada um dos fatores a serem considerados como: impactos diretos e indiretos; benéficos e adversos; temporários, permanentes e cíclicos; imediatos e a médio e longo prazos; reversíveis e irreversíveis; locais, regionais e estratégicos.

A análise dos impactos ambientais faz a identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância de cada um deles, permitindo uma apreciação

abrangente das repercussões do empreendimento sobre o meio ambiente, entendido na sua forma mais ampla. O resultado desta análise constituirá um prognóstico de qualidade ambiental da área de influência do empreendimento, nos casos de adoção de projetos e suas alternativas, mesmo na hipótese de sua não-implantação. Assim julga-se necessário mencionar os métodos de identificação dos impactos, as técnicas de previsão de magnitude e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas interações.

#### *1.4.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta e Análise de Dados*

Para a coleta dos dados faz-se necessário selecionar as variáveis dos relatórios contábeis relativos às três Companhias integrantes da amostragem populacional do presente estudo, composta por dados referentes aos anos de 2011 a 2013, obviamente disponibilizados pelas empresas, e então foram analisados os(as):

- I. Site Oficial das Empresas;
- II. Relatório da Administração (RA);
- III. Notas Explicativas (NE);
- IV. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE);e,
- V. Relatório de Sustentabilidade (RS).

O fruto final após estudo dos dados foi a obtenção das evidenciações dos fatos relacionados ao meio ambiente, para a resolução do problema inicial.

As evidenciações desta pesquisa estão apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1: Variáveis de Investigação Sobre a Evidenciação de Custos e Despesas Ambientais

<b>Indícios de Custos e Despesas Ambientais</b>	<b>Informações Qualitativas</b>	<b>Informações Quantitativas (mensuração)</b>
Política e seguro ambiental		
Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais		

Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)		
Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais		
Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais		
Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.		
Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços		
Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética		
Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes)		
Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos		
Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente.		
Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos (positivos ou negativos)		
Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo)		
Passivos Ambientais (provisão de recursos)		

Fonte: Adaptado do Questionário ISE-Dimensão AMBIENTAL Grupo B-Aspecto Ambiental Crítico: Recursos Naturais não Renováveis

O Quadro 1 acima demonstra como se procedeu a análise dessas variáveis que possibilitou a verificação da evidenciação e mensuração dos custos ambientais, praticados pelas empresas brasileiras cadastradas na BM&FBOVESPA e que atuam no segmento de materiais diversos no período de 2011 a 2013. Em seguida procedeu-se a leitura detalhada dos documentos, para analisar as informações extraídas, no intuito de verificar a evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos ambientais e sua mensuração, identificando em quais instrumentos de coleta estavam presentes esses dados, para posterior construção de tabelas, quadros e gráficos de modo a identificar as evidenciações praticadas pelas empresas. Conforme definição e classificação de Tinoco e Kraemer (2006), classificaram-se como despesas, as que foram ocasionadas pela prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais atuais; tratamento de resíduos e vertidos; tratamento de emissões; descontaminação; restauração; materiais auxiliares e de manutenção de serviços; depreciação de equipamentos; exaustões ambientais; pessoal envolvido na produção; gestão do meio ambiente; investigação e desenvolvimento; desenvolvimento de tecnologias mais limpas; e, auditoria ambiental. Os que forem analisados como custo classificá-los como custos internos, externos, diretos, indiretos, contingentes ou custos intangíveis, ocultos, convencionais, com contingências e de imagem e relacionamento. Para fins de síntese e comparação dos resultados obtidos, foi feita uma análise comparativa das práticas ambientais apresentadas pelas três empresas de adubos e fertilizantes com os resultados divulgados sobre os custos e despesas ambientais por meio de gráficos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O controle da poluição deve ser essencialmente preventivo, surgindo como medida mais eficaz a execução de sistemas sanitários de coleta e tratamento de esgotos industriais. Nas cidades, a construção de redes coletoras e de estações de tratamento nas empresas industriais representa a melhor forma de evitar que esses resíduos alcancem os recursos naturais de modo não-sanitário. Medidas devem ser adotadas visando ao controle da poluição ambiental:

- ♦ Preservação das áreas vizinhas aos recursos hídricos superficiais, por meio da adoção de faixas de proteção marginais aos mesmos, as quais devem ser mantidas com vegetação;
- ♦ Controle da aplicação de pesticidas e fertilizantes;
- ♦ Utilização de materiais de fácil deterioração sem contaminação
- ♦ Disciplinamento do uso do solo nas proximidades dos recursos hídricos, evitando-se as atividades que possam resultar na poluição da água.

Para (TINOCO; KRAEMER, 2006) os lançamentos de gases e pequenas partículas na atmosfera podem alterar sensivelmente a qualidade do meio provocando a sua poluição. Além da quantidade e do teor dos poluentes lançados na atmosfera, alguns fatores ambientais podem influir no processo de poluição, principalmente de fontes de emissão de poluentes; tipos e quantidades de resíduos; período de emissão dos mesmos, tais como a velocidade e direção dos ventos e a estabilidade atmosférica, as quais podem contribuir para uma maior ou menor dispersão, transformação ou remoção dos poluentes. Os poluentes lançados na atmosfera concentram-se nas proximidades da superfície da terra, podendo resultar em grave problema de poluição, Sendo as principais a poluição causada pelos resíduos industriais, incluindo as fábricas e outros processos, tais como a queima de combustíveis derivados do petróleo, em fornos caldeiras, incineração do lixo; perdas, por evaporação, em serviços petroquímicos; queima de combustíveis para aquecimento de edificações; queima da vegetação (queimadas); consumo de cigarro.

A presença de poluentes na atmosfera pode resultar em prejuízos à saúde humana, aos animais, aos vegetais e aos materiais em geral, podendo-se enumerar

danos à saúde humana, contribuindo para a maior incidência de doenças respiratórias, irritação nos olhos e pulmões, podendo causar até a morte; Redução da visibilidade, devido à presença de partículas de materiais, prejuízos aos materiais, tais como: corrosão do ferro, aço e mármore; deterioração da borracha, de produtos sintéticos e tecidos; sujeira de roupas, prédios e monumentos;

O controle da poluição, principalmente nas grandes cidades ou centros industriais, torna-se necessário para garantir uma qualidade satisfatória de vida. Entre as principais medidas de controle, destacam-se;

- Localização adequada de indústrias, a outros usos sensíveis, exigindo-se um afastamento conveniente, em função do potencial de poluição da fonte;
- Instalação de equipamentos de retenção de poluentes, nas indústrias;
- Novas técnicas de fabricação que conduzam a uma menor produção de poluentes;
- Controle da queima do lixo e de outros materiais; nos incineradores de resíduos sólidos, devem ser instalados dispositivos de controle da emissão de poluentes.

Percebe-se, portanto, que hoje esses problemas são decorridos da intervenção humana no planeta e nos ecossistemas, e com o rápido crescimento da população, cria-se ainda mais uma demanda sem precedentes a que o desenvolvimento tecnológico está satisfazendo ao submeter o meio ambiente ao declínio cada vez mais acelerado, impedindo a natureza de sua capacidade de sustentar a vida (TINOCO; KRAEMER, 2006).

Assim percebe-se que as empresas estão tomando conhecimento dos estragos que causam ao meio ambiente; que precisam trabalhar no intuito de encontrar soluções para desenvolver suas atividades com responsabilidade social, sem que prejudique a natureza. Portanto, a responsabilidade social está voltada para as questões relacionadas ao bem estar da sociedade, mas também procurar maneiras adequadas de segurança, saúde para os funcionários e ambientes da empresa. Garantindo sua permanência e sobrevivência no mercado de trabalho, e desenvolvendo programas e projetos que permitem diminuir os danos causados ao meio ambiente.

## 2.1 A Responsabilidade empresarial frente ao meio Ambiente

Muito se diz hoje sobre meio ambiente, efeito estufa, uso racional dos recursos não-renováveis, em reaproveitamento e reciclagem de materiais. Ótimo! Mas, pouco (ou nada) se fala em responsabilidade socioambiental, que nada mais é do que cumprir a parte de cada camada em separado e englobando todos os itens citados acima. E, principalmente, dentro das empresas, sendo os escritórios com maior potencial em se discutir e realizar com êxito essa responsabilidade.

Segundo Albuquerque (2009) a responsabilidade empresarial frente ao meio ambiente é centrada na análise de como as empresas interagem com o meio em que habitam e praticam suas atividades fazendo com que sua imagem se fortaleça de forma positiva diante dos mercados em que atuam, dos seus colaboradores, concorrentes e fornecedores, representando o seu compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico promovendo, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade de vida como um todo.

Porém, Kraemer (2006), diz que a empresa só terá sucesso socioambiental se for capaz de ouvir os interesses das diferentes partes (sócios, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los na sua realidade local e nas suas atividades cotidianas, tornando-se, assim, mais bem preparadas para assegurar a sustentabilidade em longo prazo dos negócios, por estarem sincronizadas com as novas dinâmicas que afetam a sociedade e o mundo empresarial.

Assim para tal, basta que a responsabilidade socioambiental seja aplicada não somente ao produto final e sim ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo, ou seja, do atendimento telefônico à entrega dos documentos ao cliente, do responsável pela limpeza ao diretor-executivo da empresa. Um exemplo simples e fácil de cuidado ambiental pode ser evitar a impressão de documentos em demasia, ou seja, a economia que se fará em documentos digitalizados em PDF e enviados ao cliente por e-mail poderá reduzir o custo em papéis, tonners e afins e ainda agilizar a execução da tarefa. Com essa economia, melhorias podem ser realizadas na empresa e até mesmo retornar como bônus salarial ao funcionário que, sentindo-se valorizado por esse ato, se encarregará de dar continuidade a esse

conceito tão difundido atualmente: responsabilidade social de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável

## 2.2 A Gestão Ambiental empresarial e social

Os problemas ambientais em nível mundial começam a se tornar preocupantes. Como exemplos significativos, destacam-se o aumento de temperatura da Terra, a destruição da camada de ozônio, o esgotamento acelerado dos recursos naturais, etc. Todos estes problemas levam à busca de um novo modelo de crescimento econômico que considere mais a preservação do meio ambiente.

Diz Albuquerque (2009) que a solução para todos estes problemas deve ocorrer em vários níveis:

- ♦ **Indivíduo:** que deve tomar posturas que respeitem mais o meio ambiente a fim de limitar o consumo e economizar recursos naturais.
- ♦ **Empresas:** que devem funcionar reduzindo ao máximo seu impacto ambiental negativo.
- ♦ **Poder Público:** cuja função primordial é regulamentar o modelo final de funcionamento que respeite o meio ambiente.

Desta forma, as empresas não podem ignorar suas obrigações ambientais: a pressão dos consumidores e as imposições normativas, obrigam-nas a conceber produtos e sistemas de produção e distribuição que minimizem os impactos ambientais negativos. Até poucos anos atrás, as empresas consideravam estas questões como uma imposição dos sistemas de proteção ambiental, que implicavam aumento de custos. Mas hoje, os aspectos ambientais começam a ser considerados como fatores competitivos, que podem conceder à empresa uma vantagem no mercado. De fato, uma política ambiental bem concebida pode ajudar a reduzir custos, assim como gerar benefícios marginais pela comercialização dos resíduos, além de conduzir a segmentos de mercado especialmente rentáveis.

Segundo Albuquerque (2009) a gestão ambiental tem subsídios técnicos, logísticos e administrativos, que dão às organizações um desenvolvimento eficiente em suas atividades operacionais, maximizando seus lucros, executando políticas de

responsabilidade social em parceria com as comunidades e extraindo da natureza os recursos necessários para a realização de seus interesses, procurando reduzir ou eliminar os impactos negativos causados ao meio ambiente, estando cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente.

Assim a cada dia fica mais óbvio que, para uma atividade empresarial ser mais eficiente, faz-se necessária a introdução de critérios ambientais no processo produtivo, e é por este motivo que o projeto de uma correta gestão ambiental na empresa desempenha um papel fundamental. Uma das ferramentas ideais para fazer com que as empresas priorizem as políticas de prevenção, ao invés das de correção, são os *Sistemas Voluntários de Gestão Ambiental*. Definitivamente, pode-se afirmar que os custos ambientais das atividades industriais não são contabilizados. Não obstante, deve-se ter uma idéia clara de que, apesar de significar em curto prazo um custo para as empresas investir na proteção e na garantia de qualidade de vida, com toda segurança, este custo será infinitamente inferior ao valor da qualidade de vida e do bem-estar da humanidade.

### *2.2.1 Medidas de Proteção Ambiental*

As atividades industriais podem interferir no meio ambiente através de diversas maneiras em seus processos como produção (utilização de matérias primas, energia e água e conseqüente emissão atmosféricas, efluentes, geração de resíduos sólidos, ruído e vibração), distribuição, comercialização, etc. Inúmeras medidas de proteção buscam minimizar os impactos produzidos pelos processos produtivos das empresas. No entanto, essas medidas visam o tratamento do resíduo após sua geração (medidas de caráter corretivo), onerando assim o processo produtivo devido o custo elevado da implantação de sistemas de tratamentos. Por isso, deve-se buscar formas que viabilizem a otimização desses processos.

A correta gestão das variáveis ambientais é o que permite essa otimização. Por isso, as empresas necessitam trabalhar atuando nos seguintes pontos:

1. Redução do consumo de energia;
2. Gestão correta de resíduos;

3. Redução do consumo de matérias-primas;
4. Redução do consumo de água;
5. Gestão correta das águas residuárias e efluentes líquidos;
6. Gestão dos ruídos;
7. Gestão de emissões atmosféricas;
8. Análise de ciclo de vida de produtos (ACV);
9. Cumprimento da legislação ambiental.

Para colocar em prática um Sistema de Gestão Ambiental faz-se necessário:

- ♦ Elaborar uma política ambiental.
- ♦ Fixar objetivos e metas.
- ♦ Elaborar um plano de atuação em meio ambiente.

### *2.2.2 Política Ambiental*

O primeiro passo a ser dado pelas empresas para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, é a implantação de uma política ambiental. Essa política ambiental pode ser definida como uma declaração de objetivos, elaborada pela própria empresa, que exponha o compromisso adotado para melhorar sua atuação em relação ao meio ambiente. Essa declaração deve ser de conhecimento público. Fonte: Curso de Gestão Ambiental Empresarial - FUNIBER

## **2.3 Legislação Ambiental**

Diante da consciência e da responsabilidade social e ambiental e dos objetivos econômicos sobre o compromisso das futuras gerações, a legislação ambiental tornou-se destaque no exercício de controlar o uso dos recursos ambientais. A Legislação Ambiental Brasileira pode ser considerada uma das mais completas no mundo. As mais importantes Leis para o propósito desse estudo são a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente nº. 6.938/81 e a Lei de Crimes Ambientais – nº. 9.605/98.

A Lei das Florestas Nº 12.651 de 25/05/2012 deu origem que as às áreas representativas dos ecossistemas brasileiros, onde 90 % delas devem permanecer inalteradas e apenas 10 % podem sofrer alterações para fins científicos. Foram

criadas também as “Áreas de Proteção Ambiental”, onde podem conter propriedades privadas e o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental. A Lei da Fauna Silvestre Nº 5.197 de 03/01/1967 determina que o poder público deve regulamentar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para preparar a ocupação de diversas atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, desenvolver a produção de mudas de espécies nativas.

E a Lei das Atividades Nucleares tem a função de reordenar a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A partir desses dados pode-se verificar a grande importância das normas ambientais para que as empresas degradem menos o meio ambiente e respeite o meio social. Mostrando que, cada ato feito contra a natureza deverá obter sua devida punição, evitando que maiores danos sejam ocasionados ao meio ambiente. As normas ambientais não são apenas estabelecidas em lei constitucional e ordinárias, como também dentro das Normas Brasileiras de Contabilidade, com a obrigação de fazer com que as empresas evidenciem as informações de natureza social e ambiental. Através da NBC T 15, que trata das Informações de Natureza Social e Ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Algumas empresas ainda resistem quando vão declarar as informações ambientais por conta da existência de passivos e custos ambientais, por acreditarem que tais resultados sejam prejudiciais a imagem da empresa ou ainda por não compreender ações ambientais que tragam verdadeiros benefícios para a imagem da empresa e principalmente para a comunidade em geral. Mesmo assim é importante que as empresas divulguem seus demonstrativos ambientais, bem como os atos e fatos socioambientais, pois a divulgação mostra a credibilidade que a empresa possui diante da sociedade.

## **2.4 As Relações das Empresas com o Meio Ambiente em uma Visão Sistêmica**

Bio (1991) já dizia que independentemente do tipo jurídico e de seus objetivos, sejam com fins lucrativos ou fins puramente sociais, as organizações não são ilhas isoladas que não se relacionam com outras organizações, com a comunidade ou ainda com o meio ambiente onde se localizam sob o ponto de vista sistêmico, as organizações são tipificadas como sistemas abertos pois, de acordo com o mesmo Bio (1991), compreendem um conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo orientado para determinados fins e em permanente relação de interdependência com o ambiente externo mudanças de fatores externos à organização implicam alterações no ambiente interno das mesmas.

Quanto aos fatores externos, o autor supra mencionado, refere alterações nas reservas de recursos naturais, modificações nas leis e regulamentos, condições de competições, inovações tecnológicas, mudanças das condições sócio-políticas, além de novas tecnologias de gestão empresarial competitividade, eficiência, qualidade, produtividade, flexibilidade de produção, inovação tecnológica, satisfação de clientes, cuidados com o meio ambiente são alguns tópicos que fazem parte das preocupações cotidianas dos gestores na atualidade. O meio ambiente e a gestão ambiental são variáveis que estão se destacando presentemente no meio empresarial.

No contexto atual, com o mercado globalizado e altamente competitivo, Bio (1991) cita que os processos tradicionais de gestão e controle necessitam ser repensados e reavaliados. O planejamento e execução de estratégias empresariais devem, necessariamente, adequar-se e contemplar processos de gestão ambiental de acordo com as características do meio ambiente regional onde a empresa esta localizada.

Assim sendo, a utilização racional dos recursos naturais, redução drástica de produtos poluidores, poluição das águas, crescimento populacional e planejamento familiar, preservação e recuperação do meio ambiente são expressões que deixaram de ser “chavões retóricos”. Ações para minimizar tais aspectos já estão sendo praticadas. Talvez não no nível desejado e necessário, mas há um movimento crescente de conscientização, inclusive nas empresas, uma vez que tais aspectos, mesmo nas atividades industriais e comerciais com fins lucrativos, devem

ser observados com vistas a um desenvolvimento sustentável, aspectos ambientais e as preocupações das organizações com a gestão ambiental, e ser consideradas no planejamento e estratégias a serem definidas pelas organizações, podem ser visualizados conforme figura abaixo.

## **2.5 Ações Organizadas para um Desenvolvimento Sustentável. O Protocolo Verde**

Segundo Ludícibuse Marion (2002) para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os decorrentes de atividades econômicas, e de modo especial os originados nas indústrias, a partir da década de 70, surgiram, em várias partes do mundo, movimentos organizados que passaram a discutir tais problemas. Em 1970, ocorreu o primeiro encontro internacional com efetivo destaque para a chamada consciência ecológica. Esta reunião recebeu a denominação de Clube de Roma.

Em 1972, aconteceu a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas, na Suécia, em Estocolmo, com grande repercussão para a conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos e os impactos ambientais industriais. Pela primeira vez, representantes de governos, de forma oficial, reuniram-se para discutir a necessidade de adoção de medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ambiental. Foi a primeira conferência internacional das Nações Unidas que tratou das relações do homem e o meio ambiente, e poluição foi a palavra-chave deste encontro. Culminou com a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. A ONU criou um mecanismo institucional para tratar de questões ambientais denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Ainda nesta década, em 1975, foi realizado em Belgrado um Seminário Internacional de Educação com a participação de vários países, cujos resultados foram apresentados na Carta de Belgrado. Este relatório estabelecia que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental. Nos anos 80, deve ser destacado o lançamento do manifesto “Nosso Futuro Comum”, também conhecido por Relatório Brundtland, em 1987, do Conselho Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU Neste relatório, foi fixado o conceito de *desenvolvimento sustentável*: “é o que atende às necessidades do

presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, além de comemorar os 20 anos da Conferência de Estocolmo, objetivou elaborar estratégias que interrompessem e revertessem os efeitos da degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável num ambiente saudável em todos os países. A Eco-92 resultou em diversos e importantes documentos para a fixação e propagação do conceito de desenvolvimento sustentável, entre os quais: Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominado como Carta da Terra, constituída por 27 princípios básicos que busca uma nova e justa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os estados envolvendo também os setores mais importantes da sociedade e da população; Declaração sobre florestas; Convenção sobre a Diversidade biológica; Convenção sobre mudanças climáticas; e, Agenda 21. A Agenda 21, promulgada na Eco-92 no Rio de Janeiro, corresponde a um abrangente plano de ação que tem por objetivo colocar em prática programas para minimizar o processo de degradação ambiental e transformar em realidade os princípios da Declaração do Rio, a ser implementados pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde as atividades, inclusive econômicas, afetam o meio ambiente.

Com o crescimento da consciência ambiental, surgiram no Brasil várias iniciativas tanto por parte governamental como da iniciativa privada, no sentido de implementar ações propostas por seminários que trataram da proteção, gestão e controle do meio ambiente. Um exemplo significativo ocorreu em 1995, quando o governo federal, através de Ministérios e bancos oficiais brasileiros, firmou o chamado Protocolo Verde, incorporando a variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais no sentido de buscar mecanismos que evitem a utilização destes benefícios em atividades que sejam prejudiciais ao meio ambiente. Este Protocolo está em consonância com o dispositivo constitucional previsto no Art. 225 o qual prescreve que cabe ao poder público e a coletividade defender e preservar.

O meio ambiente e o Art. 12 da Lei nº 6.938 de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, os bancos oficiais brasileiros (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), participantes do Protocolo Verde, através da *Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável* reconhecem que podem cumprir um papel indispensável na busca de um desenvolvimento sustentável e de uma contínua melhoria no bem-estar da sociedade e da qualidade do meio ambiente.

## **2.6 Itens ambientais**

A Pesquisa constatou o que disse Carvalho (2007): que os itens ambientais se apresentam como todos os elementos que direta ou indiretamente estão associados ao meio ambiente, seja como investimento, receita, despesa, gasto ou custo de natureza ambiental que são evidenciados através da contabilidade ambiental.

Portanto, os itens ambientais dependendo do seu comportamento com o meio ambiente pode se destacar como um ativo ou um passivo de natureza ambiental. Conforme destacado na NBC T 15, além destes, os itens ambientais estão também relacionados aos gastos e ganhos ambientais.

Constituem-se como bens e direitos ambientais todos os ativos de origem ambiental, como comentam Ludícibuse Marion(2002), “são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.”

Carvalho (2007, P. 127) complementa ao dizer que os ativos ambientais estão “relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para entidade”. Nesse entendimento, se pode comentar que os bens e direitos da empresa representam o controle, preservação e recuperação do meio ambiente, e que possam gerar benefícios econômicos em exercício futuro para a organização.

Portanto, forma o ativo ambiental o conjunto de bens e direitos com indeterminados prazo de realização, usado para exploração certa dos recursos e

processos produtivos, adicionando valor do produto e diminuindo os danos causados a natureza.

Nesse mesmo entendimento Ribeiro e Lisboa (2002, p.1) comentam que o passivo ambiental representa obrigações que “exigirão a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência das transações passadas ou presentes e que envolveram a empresa e o meio ambiente”.

Segundo Ribeiro (2008), o reconhecimento do passivo ambiental pela contabilidade representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como, taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Portanto, para o reconhecimento de um passivo ambiental por meio da contabilidade verifica-se pelo impedimento de melhoramentos futuros por meio de penas judiciais ou regras de natureza ambiental, como, taxas, contribuições, multas e penalidades que gerou prejuízos a outras pessoas.

As receitas de natureza ambiental se diferenciam de acordo com a situação em que são verificadas as situações de melhorias, controle ou minimização dos efeitos de poluição e degradação da natureza, como também pela aquisição de recursos pela venda de estudos, serviços, equipamentos, arrendamento de ativos ambientais, etc.

Para Martins et al. (2005, p. 7) receita ambiental “É um ingresso de recursos na entidade que geram um acréscimo no ativo oriundo da venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos utilizados no processo produtivo”. Portanto, constata-se a entrada de valores ocasionados pela venda de produtos preparados por sobras de material usado na produção de sua atividade.

Ribeiro (1998 *apud* Ben et. al. 2005) os custos ambientais compreendem todos os gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil, ou seja: amortização, exaustão e depreciação; aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes; tratamento de resíduos dos produtos; disposição dos resíduos poluentes; tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas; mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Para Carvalho (2007, p. 33) despesas ambientais são todos os gastos que a empresa tem em relação ao meio ambiente e que não estejam diretamente ligados com a atividade produtiva da entidade. Como bem se observa todos os recursos gastos que se relaciona com a proteção da natureza, sejam por meio de política de prevenção do meio ambiente, seja por intermédio de pagamento de salários de pessoal ligados com a política da preservação ambiental, como também por meio de treinamento sempre direcionado na proteção da natureza; entre outras despesas como multas, indenização, licenças ambientais, são características dos gastos ambientais.

## **2.7 Contabilidade Ambiental - Vantagens**

São diversos os ganhos com a aplicação da contabilidade ambiental. Essas vantagens também devem ser adotadas de forma imprescindível. Com ela pode-se identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos. A publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público. Também gera informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais.

Martins et al.(2005) reza que a Contabilidade Ambiental permite aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não. A contínua correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físico-contábeis, contribui para a sociedade como um todo – pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

### *2.7.1 - Situação atual do Uso da Contabilidade Ambiental*

Segundo dados da pesquisa observa-se que a Contabilidade Ambiental é pouco utilizada devido a uma série de aspectos: As empresas evitam publicar informações sobre o impacto de suas atividades no meio ambiente, ou por preferem divulgar sua própria versão em relatórios apenas qualitativos, descritivos e parciais, evitando uma visão abrangente e objetiva do desempenho ambiental da empresa;

Por outro lado os alvos ambientais representados pelos custos não são previamente estabelecidos de forma mensurável, impossibilitando seu posterior acompanhamento; Essas empresas fazem com que os passivos ambientais geralmente não sejam reportados de forma adequada, devido a dificuldades em mensurá-los. Além disso, a Contabilidade Ambiental tem o seu processo de implementação dificultado por diversos fatores, alguns de ordem metodológica, tais como:

- ◆ Ausência de definição clara de custos ambientais;
- ◆ Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- ◆ Problemas em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- ◆ Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como, por exemplo, no caso de uma usina nuclear; e Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, etc.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade. Hoje, a Contabilidade mede somente os elementos que possuem preço.

Conforme Gray(2003), a maioria desses elementos ambientais não carrega rótulo de preço e pode, portanto, ser ignorado. Então, enquanto o ‘encaixe’ não é perfeito, há quase que uma certeza de que o sucesso contábil e a degradação contábil andam juntas.

O mesmo autor diz que a primeira tarefa da contabilidade ambiental é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar uma maior interação social e ambiental benigna.

### *2.7.2 Contabilidade Ambiental – Futuro sustentável, responsável e transparente:*

A preocupação mundial em torno do meio ambiente caminha para um consenso em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos com objetivo de atingir o bem-estar geral.

#### *2.7.2.1 Contabilidade Ambiental – Eventos:*

Pode-se definir evento ambiental – sob a ótica contábil – como qualquer interação ou ação conjunta da entidade com o meio-ambiente que gere consequências econômicas presentes ou futuras. Meglioni (2001).

##### *Exemplos de eventos Ambientais:*

- ◆ Quando a aplicação de recursos para pesquisa tecnológica, ocorrem visando a redução da emissão de resíduos poluentes:
- ◆ Realização de treinamento de pessoal visando a adequação de métodos de produção às leis ambientais vigentes.
- ◆ A aquisição de serviços de consultoria para aplicação de novos projetos ecológicos.
- ◆ Obter receitas em decorrência da recuperação de materiais, que antes eram descartados na natureza.

#### *2.7.2.2 Contabilidade Ambiental - Relatórios Ambientais*

A pesquisa demonstrou que estes documentos são o meio utilizado pelas empresas para descrever e divulgar o seu desempenho ambiental, abrangendo, de forma genérica, o fornecimento de dados, auditados ou não, relativos aos efeitos das atividades da empresa no meio ambiente e citando, especificamente, riscos, impactos, políticas, estratégias, alvos, custos, passivos ou qualquer outro dado relevante sobre o seu desempenho ambiental. (MEGLIONI, 2001).

Assim para todos aqueles que se interessam por esse tipo de informação como um auxílio para entender ou enriquecer seu relacionamento com a empresa

reportada, através de um Conjunto tradicional composto pelo relatório anual e pelas demonstrações contábeis; Um Relatório centrado no aspecto ambiental.

### *2.7.2.3 Contabilidade ambiental – Abordagens*

Para Gray (2003) são diferentes abordagens metodológicas que permitem a elaboração de relatórios ambientais, em decorrência dos mesmos refletirem a cultura local e as diversidades no processo de regulação. O autor apresenta seis tipos diferentes de relatos, ressaltando que as empresas geralmente utilizam uma combinação dessas várias.

- **Compliance** – o relato baseado na conformidade com a regulação enfoca o nível de conformidade ou de submissão à regulação externa e à auto-regulação, sendo característica comum de relatórios ambientais de setores fortemente regulados, como os de água e eletricidade;

- **TRI** – o Relato baseado no Inventário de Emissões Tóxicas é utilizado por muitas empresas norte-americanas, que são obrigadas por lei a publicar a relação de emissões de substâncias tóxicas específicas, com detalhamento de quantidades físicas;

- **Impactos** – o relato de desempenho baseado em impacto é utilizado por muitas das empresas do setor privado que não são submetidas a exigências específicas, as quais identificam seu impacto ambiental chave e baseiam seu relato em torno de um conjunto de alvos e de seu desempenho em atingir aqueles alvos no decorrer do tempo;

- **Ecobalanco** – a abordagem do eco-balanço é utilizada por algumas empresas, inclusive muitas da Alemanha, as quais constroem um eco-balanço formal, composto por ingressos de fontes versus saídas de produtos e não-produtos, dos quais derivam indicadores de desempenho;

- **Sustentabilidade** – o relato baseado na sustentabilidade pressupõe ampla transparência das empresas com relação às três linhas principais, representadas pelo desempenho financeiro, pela questão ambiental e pelos aspectos social/ético/comunitário;

- **ICI** – a abordagem da Carga Ambiental, desenvolvida por uma empresa química industrial do Reino Unido, a ICI, é constituída por um relato focado

externamente, o qual quantifica o impacto da empresa no meio ambiente através da utilização de seis a oito medidas de “qualidade ambiental”; e Custo, Ativo e Passivo Ambientais

#### *2.7.2.4 Os Custos Ambientais*

Segundo Gray (2003) compreendem os gastos referentes ao gerenciamento, de maneira responsável, dos impactos da atividade empresarial no meio ambiente, assim como outros custos incorridos para atender aos objetivos e exigências ambientais de órgãos de regulação, devendo ser reconhecidos a partir do momento em que forem identificados.

#### *2.7.2.5 Ativo Ambiental*

Constituem-se como bens e direitos todos os Ativos de origem ambiental, como comentam Ludicibuse Marion(2002, p. 127), é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente. Esse tipo de gasto deve ser capitalizado, na forma de imobilizado ou diferido, se atender aos critérios de reconhecimento como um ativo, para apropriação nos períodos em que gere benefícios econômicos futuros.

Carvalho (2007, p. 127) complementa ao dizer que os ativos ambientais estão relacionados com a proteção, preservação e ambiental.

#### *2.7.2.6 Passivo Ambiental*

Já o passivo ambiental, descrito por Gray (2003) deve ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido

como sendo uma obrigação presente da empresa que surgiu de eventos Passivo Ambiental.

Ribeiro (2008), diz que o passivo ambiental se considerado pela contabilidade representa privações de benefícios futuros impostos por legislação e regulamentações ambientais, tais como taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos e provocações a terceiros.

#### *2.7.2.7 Obrigações*

Para efeito de reconhecimento dos custos e passivos ambientais, segundo pesquisa, pode-se diferenciar três tipos de obrigações – a legal, a construtiva e a equitativa: *A legal* decorre de imposição legal requerida pela legislação ou pelos termos de um contrato, determinando, por exemplo, a obrigatoriedade de promover a descontaminação de um local; *A construtiva* ocorre, por exemplo, quando uma empresa assume uma obrigação de descontaminação em decorrência de sua política empresarial (que conste de seus relatórios ou se suas intenções foram anunciadas publicamente), de práticas padronizadas por ela adotadas e de expectativas do público em geral; *A equitativa* decorre do fato de uma empresa assumir uma obrigação porque é correto e moral fazê-lo, ou porque existe o dever de fazer aquilo que o senso de justiça julgaria justo, certo e correto, ou, finalmente, porque é o que alguém deveria fazer antes de ser legalmente obrigado a fazê-lo. Desenvolvimento Sustentado e Relato Ambiental. GRAY(2003).

No intuito de aumentar o nível de transparência de suas atividades, as empresas, apesar dos custos adicionais, obtêm vantagens que proporcionam sensível aumento na sua competitividade no longo prazo. Ao relatarem o seu desempenho ambiental de forma transparente, as empresas melhoram sua imagem e reduzem seus custos, pois: Contabilizar e reportar os efeitos no meio ambiente passaram a constituir uma atividade crescentemente relevante para os diversos grupos de interesses de uma empresa, na medida em que, como o seu desempenho ambiental afeta, além de sua própria saúde financeira, também o meio ambiente, isso interessa a uma ampla gama de usuários desse tipo de informação: investidores, banqueiros e governo, além do público em geral; (KRAEMER, 2002) relata que ao reconhecer as suas responsabilidades ambientais, a empresa

assegura tanto um elevado grau de adesão à regulação quanto se habilita a reduzir sua taxa de risco e seu prêmio de seguro, como reflexo da redução do nível de incerteza em decorrência dos resultados de uma classificação de risco ambiental mais transparente.

## **2.8 Contabilidade ambiental - Evidenciação e Mensuração**

A Contabilidade Ambiental enfrenta desafio para mensurar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Dessa forma, as demonstrações contábeis surgem como meio de evidenciar as ações ambientais, informações essas que permitirão o acesso dos usuários sobre os investimentos ambientais. Ribeiro e Martins (1998) mencionam que o acréscimo das informações de natureza ambiental virá a engrandecer essas demonstrações, mais também permitir aos usuários melhores condições de acesso à informação para averiguar a amplitude dos investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados produzidos em determinado período.

A evidenciação dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental é uma das maiores contribuições da contabilidade ao processo de preservação e proteção desta área visto que demonstra que as demonstrações contábeis brasileiras trouxeram importantes mudanças no comportamento empresarial, fazendo com que os relatórios anuais se tornassem ricos em informações de caráter qualitativo. Ribeiro (2010). Desta forma sem os registros contábeis de caráter ambiental surgirão prejuízos de caráter grave aos investidores ou acionistas da entidade, pois, a escassez dessas informações comprometeria a posição patrimonial da empresa, ou até mesmo seu lucro.

### *2.8.1 Demonstrativos/Relatórios Contábeis Obrigatórios*

Na pesquisa cita-se o que diz Ludícibuse Marion (2002, p. 73): “os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como Demonstrações Financeiras. São exigidos na totalidade para as sociedades anônimas (SA) e parte deles estendida a outros tipos societários, através do Imposto de Renda”. Esses

demonstrativos financeiros são publicados com a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

O art. 176 da Lei n.º 6.404/1976 mostra que depois das modificações e a revogação dada através da Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras obrigatórias para as empresas de capital aberto, que negociam ações na Bolsa de Valores, são:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- e) Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Percebe-se assim que as sociedades anônimas que possuem ações que são negociadas na Bolsa de Valores (BOVESPA) devem obrigatoriamente divulgar seus relatórios financeiros, para que tanto investidores quanto acionistas conheçam a situação patrimonial e financeira das mesmas.

### *2.8.2 Demonstrativos/Relatórios Contábeis Voluntários*

Para Ludícibus e Marion(2002, p. 73): Os relatórios contábeis não obrigatórios são aqueles que não exigidos por lei, o que não significa que sejam menos importantes. Há relatórios não obrigatórios imprescindíveis para a administração.

A maioria das empresas não costumam divulgar as informações ambientais de forma voluntária e as que divulgam ocorrem por consequência de existências legais. É necessário, portanto que os usuários da informação contábil tenham condições de tomar decisões adequadas que devem ser utilizadas pelos gestores de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável em função de fatores internos e externos das empresas.

Tinoco e Kraemer (2006, p. 257) esclarece e afirmam que:

Relatórios ambientais, socioambientais, ou simplesmente suplementos ambientais, são meios que as empresas adotam para descrever e divulgar seu desempenho ambiental, compreendendo, de forma genérica, o fornecimento de dados auditados ou não, relativos aos eventos e impactos das atividades da empresa no meio ambiente e que envolvem, especificamente, riscos, impactos, políticas, estratégias, alvos, custos, despesas, receitas, passivos ou qualquer outra informação relevante de seu desempenho ambiental, para todos aqueles que se interessam por este tipo de informação, seus parceiros sociais, permitindo-os entender seu relacionamento com a empresa reportada.

Desta forma os relatórios ambientais têm por finalidade divulgar informações resultantes da interação da empresa com o meio ambiente, funcionando como instrumento de diferenciação no mercado, possibilitando que as empresas providenciem informações relativas ao desempenho, estratégias, programas de investimento, etc., como também buscam apresentar dados que objetivam fornecer aos usuários informações pertinentes a transparência empresarial, que refletem na divulgação de seu desempenho ambiental perante o mercado. Existem também outros tipos de Relatórios, entre eles pode-se ser citado: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a Iniciativa de Relatório Global(GRI).

A evidenciação dessas informações obedece a diretrizes compatíveis com a maioria das outras ferramentas e instrumentos, pois, são baseadas em normas, tratados, princípios e convenções mundiais existentes e amplamente legitimados. (MORAIS;et al., 2013)

Para Tinoco e Kraemer (2006), os relatórios sustentáveis devem abranger os desempenhos econômicos, sociais e ambientais da Companhia, e encorajar ainda mais as empresas a desenvolverem e a incluírem em seus relatórios indicadores integrados de sustentabilidade que permitirão determinar o desempenho da organização em relação ao sistema global em que se adéquam.

## **2.9 A Fabricação de Materiais Básicos do segmento de Materiais diversos**

Veremos mais tarde que duas das empresas Objetos dessa pesquisa atual com materiais diversos como por exemplo a transformação do Polipropileno (PP), outros artefatos de plásticos e mineração e produção de refratários.

Segundo pesquisa no site da BM&FBOVESPAO mercado da fabricação de refratários oriundos da mineração no Brasil tem crescido com aplicação de gestão de qualidade certificada de acordo com Normas Internacionais ISO 9001. O óxido de magnésio é um desses produtos 100% natural, obtido através da calcinação controlada do minério de magnesita (carbonato de magnésio). Um dos pontos de produção de óxido de magnésio está no município de Brumado, sudoeste da Bahia, a 660 km de Salvador. Os principais depósitos de óxido de magnésio estão localizados na Serra das Éguas, região com altitudes de mais de 1.000 metros, extensão de aproximadamente 18 km, 10 km de largura, e uma área total de 142 km<sup>2</sup>. O produto apresenta elevada pureza química.

Já no que diz respeito a produção de Polipropileno (PP) no Brasil, APLA (2005) diz que iniciou-se em 1978, são expostos, em mil toneladas, a capacidade de produção brasileira da resina, a produção efetiva, as importações, exportações e o consumo aparente brasileiro no período de 2001 até 2010.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em 2009 as exportações brasileiras aumentaram 140%, isso em consequência da recuperação dos países da crise mundial de 2008. Em 2010, o consumo aparente de PP teve um aumento de 18% e para atender o aumento do consumo houve uma redução das exportações e um aumento das importações. Outro motivo para a redução das exportações foi o aumento das importações foi a valorização da moeda brasileira. Atualmente no Brasil o consumo per capita é de 7,5 kg.

As importações brasileiras de PP totalizaram 219 mil toneladas em 2010, sendo a Argentina o país de origem de 20% dessas importações.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, relata que aplicação do PP é no setor alimentício, responsável por 32% do total. As principais aplicações nesse setor são em embalagens, tampas, potes, frascos, garrafas e galões. O setor de bens de consumo contribui com 17%, no qual as principais aplicações são em utilidades domésticas, materiais não tecidos, embalagens e caixas. O setor de higiene pessoal e limpeza e o setor automobilístico contribuem cada um com aproximadamente 9% do mercado.

Segundo Moglia (2004) o mercado de PP, por ser um material bastante versátil com grandes variedades e aplicações, concorre com diversos produtos, tais

como: vidro, madeira e os outros plásticos. Cada vez mais se investe na procura de novas alternativas para substituição de materiais tradicionais por plástico ou mesmo para troca de um tipo de resina por outro.

Mogliá (2004), também cita que usar polipropileno em vez de papelão, vidro, amianto e outras resinas, proporciona vantagens como redução de custos, elevação do valor agregado ao produto final e ganhos em logística.

O polipropileno apresenta resistência limitada ao calor, porém existem tipos termoestabilizados destinados a aplicações que exijam uso prolongado a elevadas temperaturas (ALBUQUERQUE, 2000).

As propriedades do polipropileno seguem abaixo:

- ◆ Boa resistência química;
- ◆ Boa resistência ao impacto;
- ◆ Atóxico;
- ◆ Baixo custo;
- ◆ Bom isolante térmico;
- ◆ Boa estabilidade térmica;
- ◆ Baixa densidade;
- ◆ Bom isolante elétrico;
- ◆ Fácil moldagem, usinagem e soldagem;
- ◆ Fácil coloração;

### *2.9.1 Desempenho ambiental setorial-Vantagens*

#### **2.9.1.1 - Aplicações e/ou usos dos Produtos**

Tão importante quanto o conhecimento das principais funções metabólicas é o conhecimento da necessidade de equilíbrio dos níveis de magnésio na redução da toxidez deste elemento. Os calcários raramente apresentam uma proporção ideal entre Ca e Mg, o que faz com que novas calagens frequentemente agravem os desequilíbrios. Segundo site da BM&BOVESPA o magnésio pode ser trabalhado isoladamente ou associado a outros produtos como o gesso e calcário calcífico, aportando isoladamente o Mg para a composição de misturas que atendem as necessidades locais, tais como fabricação de materiais básicos e diversos.

Devido à sua alta concentração – 95% de Mg – e reatividade, as dosagens médias recomendadas são extremamente reduzidas a 40 a 200kg. Isso torna a aplicação do produto extremamente econômica, gerando uma relação custo/resultado imbatível.

Para Carvalho e Szwarc (2001) é importante medir o desempenho ambiental de cada setor para todo o país. Esse indicador mostra a diferença entre os níveis potencial e residual de emissão e o nível e indica quanta poluição foi mitigada em relação ao nível potencial poluidor da capacidade instalada.

Quanto às atividades de reciclagem de materiais diversificados e de tecidos não tecidos já alcança a taxa de 26%, (e resíduos plásticos e outros agregados) são processados e vendidos com várias finalidades (por exemplo, fabricação de materiais para cozinha, para estruturas plásticas, utensílios diversos, roupas, enxovais infantis, etc.). Todas as companhias siderúrgicas já implementaram sistemas de gestão ambiental e 70% já possuem o certificado ISO 14001. Como o processamento de produtos vegetais é diversificado em termos de produção e locação, não há um esforço comum de indicadores de políticas ambientais.

### *2.9.2 Desempenho ambiental – Controle dos Impactos*

Os fatores de produção desempenham papéis importantes.

Ferraz e Seroa da Motta (2002) sinaliza que o acesso ao crédito governamental subsidiado condicionado por um status de cumprimento da regulamentação ambiental pode induzir as empresas a melhorarem seu desempenho, assim como a economia de custos propiciada por práticas de controle da poluição.

A empresa poluidora terá que minimizar seus impactos com novos métodos de fabricação e ampliar os custos de despesas com produção sustentável, igualando os custos de cumprimento da regulamentação aos do descumprimento. Os custos de cumprimento podem ser medidos pelos esforços da empresa em cumprir a regulamentação obrigatória e evitar sanções, mas também em tirar vantagem dos prêmios do mercado associados ao alto desempenho ambiental.

SEROA DA MOTTA (2001) relata que o descumprimento dessas medidas gera custos extras devido às penalidades aplicadas pelos reguladores, aos

pagamentos resultantes dos litígios judiciais por acidentes e danos a terceiros, a compensações a membros da comunidade e a prêmios do mercado sacrificados.

Assim, de uma forma simplificada, os determinantes de desempenho ambiental podem ser relacionados a:

a) *Custo marginal* do controle da poluição da empresa que reflete sua capacidade de cumprir a regulamentação em termos de suas características (tamanho, setor, origem do capital etc.).

b) *Custos marginais de descumprimento* da empresa relativos às sanções aplicadas pelos reguladores, sejam resultantes de inspeção do regulador ou das pressões de membros da comunidade e das ONGs, etc.

c) *Incentivos do mercado* para aumentar o desempenho ambiental devido aos seus efeitos sobre a competitividade (sobre vendas ou custos).

Conforme Dois estudos recentes, Seroa da Motta (2001) e Ferraz e Seroa da Motta (2002) conseguiram analisar o modo pelo qual a interação dessas variáveis afeta o desempenho ambiental e o modo pelo qual o efeito de cada uma delas é condicionado à existência das demais.

### **3 ANÁLISE DE RESULTADOS**

Nesse momento a pesquisa vem apresentar um breve histórico sobre as empresas cadastradas na BM&BOVESPA, as quais atuam no setor de materiais básicos do segmento de materiais diversos. Continuando depois apresenta-se a análise dos resultados obtidos na pesquisa, identificando o conteúdo da evidenciação das informações ambientais publicadas por meio dos custos e despesas ambientais em seus documentos oficiais, no período de 2011 a 2013.

#### **3.1 Características das Empresas do Setor de materiais básicos do segmento de materiais diversos**

##### *3.1.1 A Companhia Providência Indústria e Comércio*

Segundo a BM&FBOVESPA, a referida empresa é líder na fabricação e comercialização de não tecidos no Brasil, que como já dissemos é resultante da

transformação de polipropileno, com significativa presença nas Américas e atuação global, informa que registrou receita líquida de R\$ 202,6 milhões no terceiro trimestre de 2014, uma redução de 4,0% sobre o mesmo período do ano anterior, referente a 2013, em virtude de ineficiências associadas à retomada da operação que esteve paralisada durante algum período. Mas recuperada da fase a Companhia alcançou suas metas e fez a retomada da operação da fábrica de São José dos Pinhais. Utilizando a marca KAMI referência no mercado nacional e mundial e sinônimo de qualidade e de tecnologia atualizada. Através da KAMI a empresa tem ampliado sua capacidade produtiva ano após ano, utilizando a mais moderna tecnologia disponível no mundo, sendo um verdadeiro estado da arte e de tecnologia de ponta.

Ainda segundo a BM&FBOVESPA, a constante atualização tecnológica da KAMI permitiu à empresa Companhia Providência ser líder do mercado na América Latina. Ocupa uma posição de destaque entre as maiores empresas do mundo, sendo reconhecida nacional e internacionalmente como um fornecedor líder entre as grandes corporações multinacionais. O não tecido KAMI tem múltiplas aplicações, com destaque para os segmentos de descartáveis higiênicos, médico-hospitalar e duráveis. O segmento de descartáveis higiênicos, é usado principalmente para a fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos. O segmento de descartáveis médico-hospitalar é usado em produtos hospitalares e seus acessórios. No segmento de duráveis, a divisão KAMI oferece inúmeras aplicações, tais como na indústria de colchões, produtos de cama e mesa, embalagens diversas, na indústria automobilística, agricultura, construção civil e muitas outras.

### *3.1.2 Magnesita Refratários S.A*

O site da BM&FBOVESPA demonstra que essa empresa brasileira é de capital privado, com ações negociadas em bolsa, dedicada à mineração, produção e comercialização de extensa linha de materiais refratários: são mais de 13 mil tipos diferentes, de materiais monolíticos e tijolos convencionais a cerâmicas nobres, para revestir equipamentos que operam em altas temperaturas.

Os produtos são utilizados, principalmente, pelos fabricantes de aço, cimento e vidro. A companhia se beneficia de uma das maiores e melhores reservas de *Magnesita* (magnésio), *dolomita* e *talco* do mundo. Além disso, prospecta outros depósitos minerais em todo o mundo. Atualmente, a empresa opera 28 unidades industriais e de mineração, sendo 16 no Brasil, três na Alemanha, três na China, uma nos Estados Unidos, duas na França, uma na Bélgica, uma em Taiwan e uma na Argentina, com capacidade de produção de refratários superior a 1,4 milhão de toneladas por ano.

A Magnesita é o terceiro maior produtor de refratários no mundo e líder em soluções integradas em refratários. No início da década de 90, a Magnesita desenvolveu uma solução baseada no modelo de aço vazado. Trata-se de um modelo de negócio em que a remuneração está relacionada diretamente à performance do cliente, fugindo à prática usual do mercado, que paga pelo volume de refratários vendidos. Mais uma prova do compromisso da Magnesita com os melhores resultados.

Fortemente alinhada à filosofia da empresa, a equipe da Magnesita conta com mais de 100 profissionais, atuantes nos Centros de Pesquisa da empresa presentes no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Europa e Ásia. Isso garante a agilidade necessária para desenvolver novos produtos que atendam às necessidades regionais, com foco nas demandas específicas de cada cliente. Equipamentos modernos, conhecimento técnico especializado e a interação com universidades de renome e outros parceiros tecnológicos, posicionam a Magnesita na vanguarda da produção de refratários. Com foco na otimização do desempenho dos processos dos clientes, a Magnesita dispõe de uma estrutura operacional avançada, que consolida a empresa como a principal fornecedora de soluções globais em refratários para a indústria.

### *3.1.3 Sansuy S.A Indústria de Plásticos*

O site informa que esta empresa foi fundada em 1966, por imigrantes japoneses dedicados a agricultura. Desde o início de sua trajetória, a Sansuy, uma empresa 100% brasileira, é movida pela determinação de criar soluções. O primeiro passo foi o desenvolvimento das mangueiras de alta pressão para a pulverização

agrícola. Ao longo do tempo, com o aumento dos seus investimentos em tecnologia e estrutura, passou a atender vários setores da indústria. Assim, independente dos desafios impostos pelo mercado, seguiu em frente.

Atualmente conta com a capacidade produtiva de 38.000 toneladas/ano, unidades industriais em São Paulo e na Bahia e escritórios em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, e Bahia. O resultado de todo seu empenho é a conquista de importantes certificações como ISO 9002, QS 9000, ISO 9001:2008, ISO/TS 16949:2009, a liderança na América do Sul na fabricação de laminados de PVC (Policloreto de Vinila) e o aumento de suas exportações.

Presente na preservação do meio ambiente, no agronegócio, no transporte, na construção civil, na mineração, na indústria automobilística, no lazer, na comunicação visual e em muitos outros setores da economia, a Sansuy já faz parte do dia a dia de milhões de pessoas em todo o mundo.

### **3.2 Evidenciações Ambientais identificados nos Documentos Oficiais das Empresas**

Conforme os documentos oficiais publicados na BM&FBOVESPA, bem como nos sites das Companhias passamos às evidenciações ambientais das empresas em análise, no período de 2011 a 2013.

#### *3.2.1 Empresa Sansuy S.A*

Segundo dados da Pesquisa a Sansuy recebeu um dos principais benefícios da certificação que premia empresa que buscam melhoria contínua em suas práticas a favor do meio ambiente, com ênfase na prevenção de falhas e redução de variabilidade e desperdício ambiental.

A certificação veio da ISO/TS 16949 a qual alinha as normas dos sistemas de qualidade da indústria global. Ela especifica os requisitos do sistema da qualidade para projeto/desenvolvimento, produção, instalação e assistência técnica de produtos relacionados à indústria automotiva. Foi desenvolvida pela indústria, o International Automotive Task Force (IATF), para incentivar a melhoria tanto na

cadeia de fornecedores quanto no processo de certificação, e é um requisito mandatório para se fazer negócios com este segmento. A ISO/TS 16949:2009 é a última versão desta norma.

Já a ISO 9001 (International Organization for Standardization) é uma organização não governamental fundada em 1946 e sediada em Genebra, na Suíça. Seu propósito é desenvolver e promover normas que possam ser utilizadas por todos os países do mundo. Fornece requisitos para o sistema de gestão de qualidade, sendo aplicável a qualquer produto ou serviço, independentemente do tamanho da organização, tendo como propósito oferecer vantagem competitiva através da qualidade.

A ISO possui uma família de normas que trata de qualidade: a ISO série 9000. Nesta família esta a ISO 9000 que define Conceitos e terminologias, a ISO 9001 que estabelece os requisitos para fins de certificação, e a ISO 9004 que define as diretrizes para melhora de desempenho e eficácia. Não existe certificação para as normas ISO 9000 e ISO 9004, somente para a ISO 9001. A versão brasileira da ISO 9001 chama-se ABNT NBR ISO 9001. A ISO 9001:2008 é a última versão da ISO 9001.

Segundo o INMETRO o objetivo da ISO 9001 é prover confiança ao cliente de que o seu fornecedor poderá fornecer, de forma consistente e repetitiva, bens e serviços de acordo com as suas especificações.

Quadro 2–Certificações concedidas à Empresa Sansuy pelas suas práticas ambientais

<b>Certificado BVQI com a ISO 9002</b>	<b>ISO/TS 16949</b>
<b>ISO 9002</b>	<b>BVQI na norma ISO 9001:2000</b>
<b>BVQI com a QS 9000</b>	<b>ISOT/S 16949:2009 ISO 9001: 2008</b>

Fonte: Site da empresa.

O Quadro2 – Consta das premiações referente às práticas ambientais desenvolvidas pela SANSUY, em seus relatórios de sustentabilidade até 2003, no intuito de evidenciar quais práticas sustentáveis são aplicadas nas regiões onde a

empresa se instala, para reduzir diretamente os impactos ambientais e demais riscos futuros. A Certificadora BVQI (Bureau Veritas Quality Internacional) realiza certificações em Normas como a ISO 9001, ISO 14001, a OHSAS 18001, SA8000, entre outras que tem por objetivo Indicar padrões de qualidade na produção, comercialização e respeito ao meio ambiente pelas empresas no mundo todo, sendo uma importante premiação para a Sansuy.

Após verificar os instrumentos de evidenciação (NA, RA e RS), procurou-se analisar as informações de caráter ambiental que estão sendo divulgadas. Dessa forma, pode-se observar na Tabela 1, no Relatório de Sustentabilidade, de acordo com as referências do GRI, configura-se como o instrumento de divulgação com o maior número de informações ambientais possíveis, proporcionando dessa maneira, uma série de informações para um melhor entendimento.

Tabela 1–Principais Práticas de Sustentabilidade da Sansuy S. A

<b>AÇÕES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Melhorias no Processo		X	
Materiais Consumidos Não Renováveis		X	X
Consumo de Energia Elétrica			
Consumo de Combustíveis Não Renováveis		X	X
Água Reciclada e Reutilizada			
Efluentes Tratados	X	X	X
Biodiversidade			
Emissões de CO <sub>2</sub>			
Destinação Ecológica dos Resíduos	X	X	X
Derramamentos			
Produtos e Serviços	X	X	X
Produtos e Embalagens			
Investimentos e Gastos em Proteção Ambiental		X	X

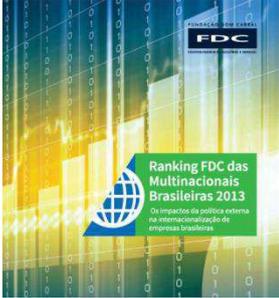
Licenças e Autorizações Ambientais	X	X	X
------------------------------------	---	---	---

Fonte: Site Oficial da empresa

### 3.2.2 Cia Providência Indústria e Comércio

Através da Pesquisa na Cia Providência também se constatou a busca pela melhoria contínua em suas práticas positivas em relação ao meio ambiente e foi constatado que a mesma obteve uma vasta lista de certificações conforme os dados Abaixo:

Quadro 3—Certificações concedidas à Empresa Cia Providência pelas suas Práticas Ambientais

<p><b>Ranking das Transnacionais Brasileiras 2013</b></p> 	<p><b>Troféu São José dos Pinhais Exportador – ACIAP e C. Comex – 2010</b></p> 
<p><b>Companhia Providência entre as Melhores e Maiores de 2012 da Revista Exame</b></p> 	<p><b>Prêmio Top of Quality Brasil 2011</b></p> 

<p><b>Cia Providência entre as 500 Maiores do Sul do Brasil 2013</b></p> 	<p><b>Prêmio Respeito ao Investidor Individual – Expo Money – 2010</b></p> 
<p><b>Certificação ISO 9001 2013</b></p> 	<p><b>Prêmio Top Transformador - plásticos em Revista Excelência na Fabricação de Não tecidos</b></p> 

Fonte: Site da empresa.

O Quadro 3 – São os demonstrativos das premiações referente às práticas ambientais e sociais adotadas pela Cia Providencia Indústria e Comércio, em seus relatórios de sustentabilidade entre 2010 e 2013. A Companhia Providência conquistou, no referido período posições as melhores companhias do Brasil, classificando-se sempre entre as 10 melhores Empresas da região Sul do País.

Ainda segundo o ranking da Época Negócios 360º, em parceria técnica com a Fundação Dom Cabral e colaboração da Boa Vista Serviços, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a pesquisa selecionou as maiores companhias do país por receita líquida e fez uma análise completa das empresas que aceitaram participar do estudo, avaliando as seis principais dimensões da gestão: desempenho financeiro, governança corporativa, recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental. A pesquisa também agrupou as empresas campeãs em 26 setores, e listou as melhores por: região do país, origem de capital (privado nacional, estatal e

estrangeiro) e tipo de capital (companhias com e sem ações em bolsa). Nestes rankings, a Cia Providência se classificou, dentro do Setor Petroquímico, em 2º lugar nas dimensões Governança Corporativa e Visão de Futuro, foi a 3ª colocada em práticas de RH e 4º em Inovação.

Segundo informações dos documentos oficiais da Cia Providência em sua unidade de São José dos Pinhais-PR recicla internamente as aparas de não tecidos geradas nos processos produtivos. São cinco unidades recuperadoras de materiais que contribuem para a redução do consumo de matéria-prima e geração de resíduos.

A Cia Providência desenvolve também um Programa de Gestão de Resíduos que engloba:

- A conscientização ambiental dos seus colaboradores;
- A separação dos materiais no local da geração (através da coleta seletiva);
- O correto armazenamento e disposição de seus resíduos;
- A melhoria contínua dos processos e a aplicação das melhores tecnologias disponíveis para a reutilização, reciclagem, aproveitamento energético e na impossibilidade dessas, a disposição final em aterros sanitários industriais.

A Cia Providência unidade São José dos Pinhais-PR possui uma ampla área verde que abriga espécies nativas da fauna e flora locais.

Cabe salientar que a Companhia Providência costuma também atuar na área social especificamente. A pesquisa mostra que nos documentos online da empresa há registros de ações sociais, tais como:

Ação social com a comunidade do Barro Preto, em São José dos Pinhais, Paraná, em outubro de 2010: A empresa doou 50 mil fraldas descartáveis e 160 pares de sapatos. As fraldas foram encaminhadas para o Abrigo Municipal de Passagem, da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São José dos Pinhais, e parte das doações foi destinada à creche da comunidade, com coordenação do próprio abrigo. O abrigo atende cerca de 50 crianças, sendo meninas de 0 a 18 anos e meninos de 0 a 12 anos. A ação faz parte dos planos da Providência em suportar as ações de sustentabilidade nas cidades onde mantém fábricas.

Cia Providência oferece Bolsa Educação aos seus funcionários para cursos de pós-graduação, graduação e cursos técnicos para incentivar o desenvolvimento profissional. Atualmente 40 colaboradores recebem este benefício.

Ainda através do programa Menor Aprendiz a Companhia Providência oferece aos jovens estudantes a oportunidade de ter o seu primeiro emprego, por meio de uma parceria com instituições como a Guarda Mirim. 25 jovens de até 18 anos recebem diariamente 4 horas de capacitação em atividades administrativas na Companhia Providência e 4 horas de aulas teóricas nas instituições a que estão vinculados.

Tabela 2 - Principais práticas de Sustentabilidade da Cia Providência

<b>AÇÕES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Melhorias no Processo	X		X
Materiais Consumidos Não Renováveis	X	X	X
Consumo de Energia Elétrica	X	X	X
Consumo de Combustíveis Renováveis	X	X	
Consumo de Combustíveis Não Renováveis			
Água Reciclada e Reutilizada	X	X	X
Efluentes Tratados	X	X	
Biodiversidade			
Emissões de CO <sub>2</sub>			
Destinação Ecológica dos Resíduos	X	X	X
Derramamentos			
Produtos e Serviços	X	X	X
Investimentos e Gastos em Proteção Ambiental	X	X	X
Licenças e Autorizações Ambientais	X	X	X
Gestão de Riscos Ambientais	X	X	X

Plano de Ação em Sustentabilidade	X	X	X
Política de Desenvolvimento Sustentável	X	X	X

Fonte: Dados de Pesquisa, 2015

A Tabela 2 resume que as práticas de Sustentabilidade da Cia Providência no período específico foram bem executadas havendo cumprimento na maioria dos itens evidenciados na pesquisa. Dessa forma, pode-se observar na Tabela 2, no Relatório de Sustentabilidade, de acordo com as referências do GRI, configura-se como o instrumento de divulgação com o maior número de informações ambientais.

### 3.2.3 Magnesita Refratários S.A

Através de Consulta nos Documentos online da Magnesita observou-se o respeito à comunidade e ao meio ambiente. Ela estabelece relacionamentos sustentáveis, mantendo um diálogo permanente com seus diferentes públicos. No município de Brumado (BA), a Magnesita patrocina o projeto Cidadania Digital, contribuindo para a manutenção de um laboratório de informática na Vila Presidente Vargas, que beneficia centenas de pessoas. Em 2009, firmou parceria com o Senai e a prefeitura do município, viabilizando a realização de cursos de formação gratuitos para a comunidade.

A empresa também apoia a comunidade Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte (MG), contribuindo com melhorias do imóvel dedicado à extensão do centro comunitário e com a realização de cursos profissionalizantes de culinária, bijuteria e costura, além de programas odontológicos, de educação ambiental e de comunicação. A Magnesita é hoje uma das maiores empresas patrocinadoras de projetos culturais no estado de Minas Gerais. Em 2009, foram destinados R\$ 1.036.500,00 em projetos aprovados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Ao apoiar iniciativas culturais em vários âmbitos, proporciona à comunidade e aos seus colaboradores o acesso a diferentes experiências artísticas.

Detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Europa, para a Magnesita, a preservação do meio ambiente é, antes de tudo, uma

garantia da manutenção dos seus negócios. Dessas minas, são extraídos todo o sinter de magnesita e parte da doloma utilizados na produção de refratários. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno das minas, recuperando, anualmente, aproximadamente 45.000 m<sup>2</sup> de área minerada.

Quadro 4–Certificações concedidas à Empresa Magnesita pelas suas práticas ambientais

<b>ISO 9001</b>	<b>OHSAS 18001</b>
<b>ISO 14001</b>	<b>ISOTS 16940 - 2009</b>

Fonte: Site da empresa.

O Quadro 4 – Aponta que o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Sistema de Gestão da Qualidade Corporativo (SGQ) implantado pela Magnesita Refratários está certificado de acordo com norma internacional ISO 9001. Implantado desde 1992, foi certificado pela primeira vez em 1994. O SGQ foi utilizado como base para implementação de sistemas complementares e certificação também nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, para alguns sites selecionados da empresa que foram merecedores da certificação. Os sistemas são inter-relacionados e semi-integrados, e estão sendo implantados gradualmente em vários sites da organização. Os sites da LWB, adquiridos em 2008, já eram certificados segundo os requisitos da ISO 9001 e vieram contribuir para a malha de sustentação da qualidade de todo o grupo.

Magnesita Refratários foi certificado em conformidade com a norma internacional ISO 14001 nas unidades da Cidade Industrial de Contagem (MG), Brumado (BA), Terminal Marítimo de Aratu (BA), e Serra (ES). Em outras unidades, o SGA está em fase de implantação.

A pesquisa também detectou Magnesita utiliza filtros para evitar e/ou reduzir a emissão de resíduos na atmosfera. Além disso, promove, sistematicamente, reflorestamento, monitoramento da qualidade da água recirculada e programas de educação ambiental junto não só ao público interno, como também às comunidades vizinhas. A empresa também está desenvolvendo um projeto de criação de uma

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), conforme resumo na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 –Principais Práticas de Sustentabilidade da Empresa Magnesita

<b>AÇÕES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Melhorias no Processo		X	
Materiais Consumidos Não Renováveis		X	X
Consumo de Energia Elétrica			
Consumo de Combustíveis Não Renováveis		X	X
Água Reciclada e Reutilizada			
Efluentes Tratados		X	X
Biodiversidade			
Emissões de CO <sub>2</sub>			
Destinação Ecológica dos Resíduos		X	X
Derramamentos			
Produtos e Serviços	X	X	X
Produtos e Embalagens			
Investimentos e Gastos em Proteção Ambiental		X	X
Licenças e Autorizações Ambientais		X	X

Fonte: Site Oficial da empresa

A Tabela 3 Demonstra as práticas de Sustentabilidade da Magnesita Refratários especificando que as mesmas foram executadas com satisfatoriedade havendo cumprimento dos itens evidenciados na pesquisa de acordo com as referências do GRI.

### 3.3 Evidenciação dos Custos e Despesas Ambientais das Empresas;

Dando continuidade este item se refere a relação das empresas do setor de materiais básicos do segmento de materiais diversos com o meio ambiente, demonstrando o nível de evidenciação dos custos e despesas ambientais e qual o meio de divulgação é utilizado para as informações de caráter ambiental como demonstrado nos dados a seguir.

#### 3.3.1 Empresa Sansuy S.A

Com base no Quadro 4, foi feita uma análise detalhada nos documentos em todas as variáveis, para resultar na evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração.

Identificou-se que os instrumentos de coleta estão presentes sendo praticados pela empresa Sansuy, nos anos de 2011 a 2013.

Quadro5 - Evidenciação e Mensuração de Custos e Despesas Sansuy

<b>Indícios de Custos e Despesas Ambientais</b>	<b>Informações Qualitativas</b>	<b>Informações Quantitativas (mensuração)</b>
Política e seguro ambiental	X	
Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais		X
Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)		X
Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais	X	
Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais		
Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.	X	
Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	X	

Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética		X
Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes)	X	X
Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos		X
Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente	X	
Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos (positivos ou negativos)		X
Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo)		X
Passivos Ambientais (provisão de recursos)		X

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Considerando a importância das informações apresentadas qualitativamente e quantitativamente, observa-se no Quadro 5 que, a empresa evidenciou suas informações de forma quase que na totalidade e se posiciona de acordo em relação ao meio ambiente.

A Tabela 4 demonstra em quais anos, quais os valores e se os processos foram de fato provisionados dentro da empresa nos anos analisados.

Tabela 4 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Sansuy

Em R\$ Mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
<b>Prejuízo do Período</b>	(66.994)	(54.602)	(66.069)	(49.840)
(+) Tributo sobre o Lucro	(1.620)	(1.758)	226	1.702
(+) Resultado Financeiro	40.349	43.444	45.655	46.790
(+) Depreciações e Amortizações	12.634	12.404	16.985	15.880
<b>(=) EBITDA</b>	<b>(15.631)</b>	<b>(512)</b>	<b>(3.203)</b>	<b>14.532</b>
(+) Equivalência Patrimonial	(5.078)	(21.663)		
(+) Outras Receitas / Despesas	29	(42)	8	(37)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>(20.680)</b>	<b>(22.217)</b>	<b>(3.195)</b>	<b>14.495</b>

Fonte: Site da Empresa

Segundo a Tabela 4, A Empresa Sansuy S. A Indústria de Plásticos faz evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração. É dada importância às informações qualitativamente e quantitativamente, pois, a empresa evidenciou suas informações de forma observou-se que quase na totalidade ela se posiciona de acordo com as normas determinadas pelas leis de proteção ao meio ambiente. Suas evidenciações demonstraram em quais anos, quais os valores gastos e se os processos foram de fato provisionados dentro da empresa nos anos analisados.

### 3.3.2 Empresa Cia Providência

No Quadro 5, prosseguiu-se a análise detalhada com os documentos da Cia Providência, no intuito de fazer evidenciação qualitativa (descritiva) e quantitativa (R\$) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração, identificando em quais instrumentos de coleta estão presentes esses dados praticados entre 2011 a 2013.

Quadro 6 - Evidenciação e Mensuração dos Custos e Despesas Ambientais da Cia Providência

<b>Indícios de Custos e Despesas Ambientais</b>	<b>Informações Qualitativas</b>	<b>Informações Quantitativas (mensuração)</b>
Política e seguro ambiental	X	X
Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais	X	
Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)	X	X
Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais	X	
Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais	X	X
Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.	X	
Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	X	X
Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética	X	X
Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte	X	X

Equivalentes)		
Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos	X	X
Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente	X	
Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos (positivos ou negativos)	X	X
Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo)	X	
Passivos Ambientais (provisão de recursos)	X	X

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

O Quadro 6 Assim mostra que a Companhia apresenta quase todos os custos e despesas evidenciadas, inclusive na certificação em sistemas de gestão ambiental (SGA). Os custos e despesas analisados são evidenciados de forma qualitativa e quantitativas. A política ambiental da Companhia Providência, encontram-se custos com os investidores, com o atendimento aos requisitos legais aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços, com a prevenção da poluição e da degradação ambiental.

Os custos com as Licenças na Companhia são feitas como parte do Controle Ambiental (PCA). Com processo produtivo da Companhia, foram efetuadas melhorias em relação a cuidados com a prevenção de possíveis derramamentos, junto a centrais de resíduos dentro de suas plantas, onde são contratadas empresas especializadas e licenciadas para atividades de coleta e o transporte desses resíduos. A empresa custeia a permuta de sobras de cabos eletrônicos e de energia por cabos novos, com o objetivo de racionalizar a utilização de recursos não renováveis;

Observe-se a Tabela 5 os demonstrativos dos custos ambientais da empresa:

Tabela 5 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Cia Providência

2010/2011	Os custos Ambientais atingiram R\$ 365,2 milhões, um aumento de 20% em relação aos R\$ 303,0 milhões de 2010. Esta alta está ligada, principalmente, ao maior volume de vendas em 2011, uma vez que houve incremento de 7,9% em relação ao ano de 2010 devido ao seu principal componente, o polipropileno, que apresentou significativa alta no primeiro semestre de 2011, tendo estabilizado seu nível no segundo semestre.
2011/2012	Os custos com investimentos em melhorias de benefício ambiental totalizaram R\$ 423,1 milhões, 15,8% acima dos R\$ 365,2 milhões de 2011. Esta alta está ligada, principalmente, ao maior valorização socioambiental para 2012, uma vez que houve incremento de apenas 3,3% em relação ao ano de 2011 despesas que reduziram em 13,8%.
2012/2013	34,6 milhões em 2012, principalmente devido ao crescimento do volume de atendimento de mercados mais próximos pelas plantas no Brasil. As despesas administrativas recuaram 6,8%, em função do Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD – projeto implementado visando à maior eficiência na gestão das despesas, e também aos gastos não recorrentes, referentes a planejamento estratégico e tributário registrados nos períodos comparativos. As despesas ambientais líquidas somaram R\$ 20,4 milhões em 2012, 45,3% a mais que no ano anterior.

Vê-se na Tabela 5 que no processo de modernização e despesas ambientais da Cia Providência, entre outros custos com equipamentos, investiu-se em redução dos impactos ambientais nas unidades da Companhia. Com isso, de 2010 à 2013 a empresa gastou a mais 40% no total com relação a modernização, melhorias,

preservação do ambiente e diminuiu custos com recuperação de danos ambientais, já que estes foram consideravelmente reduzidos pelas medidas adotadas.

A Cia Providência também obteve melhora na eficiência do uso da energia elétrica em de 2010 a 2013, se comparada a anos anteriores. As despesas com consumo de energia elétrica teve uma redução de 30% em comparação com anos anteriores.

### *3.3.3 Empresa Magnesita S.A*

A Magnesita atualmente faz tratamento de Efluentes (ETEs) na maioria de suas unidades. A despesa com a captação de água nas fábricas é feita, de forma natural e econômica. E seus gastos com água e efluentes começaram a ser reciclados/reutilizados em 2010, e 100% do volume tratado por descarte dessa água é feita de forma adequada. A empresa implantou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, importante ferramenta na destinação de resíduos já que atuam com mineração.

Com isso a Companhia investiu de 2010 para 2013, mais R\$ 220 milhões em tratamento de resíduos.

Tabela 6 – Evidenciação dos Custos Ambientais da Magnesita Refratários

	2011		2010		Var. %	
	Receita Líquida (R\$ milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida (R\$ mil)	Volume (mil ton)	Receita Líquida	Volume
Refratários	2.035,3	1.107	1.959,3	1.037	3,9%	6,8%
Minerais	131,1	674	158,0	882	-17,0%	-23,5%
Despesas	152,6	N/A	159,1	N/A	-4,1%	N/A
<b>Total</b>	<b>2.319</b>	<b>1.781</b>	<b>2.276</b>	<b>1.919</b>	<b>1,9%</b>	<b>-7,2%</b>
	2011		2012		Var. %	
	Receita Líquida (R\$ milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida (R\$ milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida	Volume
Soluções Refratárias	2.034,1	1.102,4	2.186,4	1.060,8	7,5%	-3,8%
Minerais	132,2	678,9	129,7	734,9	-1,9%	8,2%
Despesas	152,6	N/A	147,6	N/A	-3,2%	N/A
<b>Total</b>	<b>2.318,9</b>	<b>1.781,3</b>	<b>2.463,7</b>	<b>1.795,7</b>	<b>6,2%</b>	<b>0,8%</b>
	2013		2012		Var. %	
	Receita Líquida (R\$ Milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida (R\$ Milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida	Volume
Soluções Refratárias	2.369,6	1.042,3	2.143,4	1.043,0	10,6%	-0,1%
Minerais	168,0	947,4	140,5	850,6	19,6%	11,4%
Despesas	118,3	N/A	170,6	N/A	-30,7%	N/A
<b>Total</b>	<b>2.656,0</b>	<b>1.989,7</b>	<b>2.454,5</b>	<b>1.893,6</b>	<b>8,2%</b>	<b>5,1%</b>

A Tabela 6 demonstra em quais anos, quais os valores que gastou em suas despesas que somada a diversos outros custos totalizam os investimentos dentro da empresa nos anos analisados.

Já o Quadro 6, detalha como os documentos da Magnesita faz sua evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração, identificando em quais instrumentos de coleta estão presentes nos anos de 2011 a 2013.

Quadro 7 - Evidenciação e Mensuração dos Custos e Despesas Ambientais da Magnesita

<b>Indícios de Custos e Despesas Ambientais</b>	<b>Informações Qualitativas</b>	<b>Informações Quantitativas (mensuração)</b>
Política e seguro ambiental		
Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais	X	X
Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)	X	X
Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais	X	X
Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais		X
Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.		X
Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	X	X
Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética	X	X
Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes)	X	X
Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos	X	X
Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente		
Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos	X	X

(positivos ou negativos)		
Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo)	X	X
Passivos Ambientais (provisão de recursos)	X	X

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Sendo assim pode-se ver que o Quadro 7 traz a seguinte evidenciação: A maioria das informações qualitativas são evidenciadas pela empresa como também é mensurada quantitativamente.

Os custos e despesas com a política e seguro ambiental é complementa ao dizer que seus procedimentos são alinhados segundo a sua cadeia de valor, aos quais utilizam mecanismos como verificação periódica baseada em instrumento específico avaliado por auditorias de terceira parte (Site da empresa).

Ela investe gradualmente em custos relacionados ao licenciamento ambiental, onde grande parte desses custos estão com estudos e gestão com impacto ambiental, social e econômico; relacionamento com a comunidade e com seus fornecedores; valorização do patrimônio cultural, autorizações com práticas sustentáveis, e implantações de projetos e funcionamentos.

A Magnesita investe no custeio da capacitação e especulação de metas aos seus funcionários no intuito deles avaliarem periodicamente os aspectos e impactos ambientais em todos os segmentos da empresa, para obter regularmente as informações, principalmente àquelas relacionadas ao impacto ambiental, para agilidade na resolução dos problemas. Os gastos com a reestruturação em as áreas contaminadas foram em média R\$ 60 milhões, em 2012.

Em relação aos efluentes, em 2011 a empresa reduziu o volume de descarte de efluentes em 14%. Os gastos com barragens, diques, e pilhas de estéril para economia da água foram de R\$ 585 milhões. Já em relação aos custos com recursos hídricos foram gastos em média R\$ 261 milhões.

### **3.4 Distinção entre os custos e despesas ambientais divulgadas, classificadas conforme a literatura vigente**

Para algumas pessoas com a visão superficial: Despesas, gastos e custos significam a mesma coisa: um dispêndio. Quando o estudante de Ciências Contábeis ou outra área semelhante aprende que há diferenças entre esses três termos, um dos maiores problemas, em geral, é fazer a distinção entre os mesmos.

De fato, gasto é todo dispêndio financeiro, todo sacrifício que uma entidade arca para a aquisição de um bem ou serviço. O conceito de gasto é bastante amplo. Entre alguns exemplos de gastos, podemos citar a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, móveis, ferramentas, etc. Um gasto pode se transformar num investimento que, sucessivamente, se torna um custo e uma despesa.

Custo é o gasto, ou seja, o sacrifício financeiro que a entidade arca no momento da utilização dos fatores de produção para a realização de um bem ou serviço. Os custos podem ser entendidos conforme o segmento da entidade. No comércio, a aquisição de mercadorias é o custo, já na indústria, ele é entendido como a aquisição de matérias-primas, insumos e mão-de-obra na produção de um bem.

Já as despesas estão relacionadas com os gastos usados para a obtenção de receitas. São entendidos como despesa, os gastos com salários, aluguel, telefone, propaganda, comissão de vendedores, entre outros. Na DRE, o “Custo das Mercadorias Vendidas” representa as despesas, embora possa haver confusão em relação à terminologia empregada. (Adaptado: Eliseu Martins, “Despesas das Mercadorias Vendidas”).

A Companhia Providência apresenta quase todos os custos e despesas evidenciadas, inclusive na certificação em SGA. Os custos e despesas analisados são evidenciados de forma qualitativa e quantitativas. A política ambiental da Companhia Providência encontram-se custos com os investidores, com o atendimento aos requisitos legais aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços, com a prevenção da poluição e da degradação ambiental.

Os custos com as Licenças na Companhia são feitas como parte do PCA. Com processo produtivo da Companhia, foram efetuadas melhorias em relação a cuidados com a prevenção de possíveis derramamentos, junto a centrais de

resíduos dentro de suas plantas, onde são contratadas empresas especializadas e licenciadas para atividades de coleta e o transporte desses resíduos. A empresa custeia a permuta de sobras de cabos eletrônicos e de energia por cabos novos, com o objetivo de racionalizar a utilização de recursos não renováveis;

No processo de modernização e despesas ambientais da Cia Providência, entre outros custos com equipamentos, investiu-se em redução dos impactos ambientais nas unidades da Companhia. Com isso, de 2011 à 2013 a empresa gastou a mais 40% no total com relação a modernização, melhorias, preservação do ambiente e diminuiu custos com recuperação de danos ambientais, já que estes foram consideravelmente reduzidos pelas medidas adotadas.

A Cia Providência também obteve melhora na eficiência do uso da energia elétrica em de 2011 a 2013, se comparada a anos anteriores. As despesas com consumo de energia elétrica teve uma redução de 30% em comparação com anos anteriores.

A Magnesita atualmente pratica o ETEs na maioria de suas unidades. A despesa com a captação de água nas fábricas é feita, de forma natural e econômica. E seus gastos com água e efluentes começaram a ser reciclados/reutilizados em 2010, e 100% do volume tratado por descarte dessa água é feita de forma adequada. A empresa implantou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, importante ferramenta na destinação de resíduos já que atuam com mineração. Com isso a Companhia investiu de 2011 para 2013, mais R\$ 220 milhões em tratamento de resíduos.

Magnesita faz sua evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração, identificando em quais instrumentos de coleta estão presentes nos anos de 2011 a 2013. A maioria das informações qualitativas são evidenciadas pela empresa como também é mensurada quantitativamente. Os custos e despesas com a política e seguro ambiental é complementa ao dizer que seus procedimentos são alinhados segundo a sua cadeia de valor, aos quais utilizam mecanismos como verificação periódica baseada em instrumento específico avaliado por auditorias de terceira parte (Site da empresa).

Ela investe gradualmente em custos relacionados ao licenciamento ambiental, onde grande parte desses custos estão com estudos e gestão com impacto ambiental, social e econômico; relacionamento com a comunidade e com seus

fornecedores; valorização do patrimônio cultural, autorizações com práticas sustentáveis, e implantações de projetos e funcionamentos.

A Magnesita investe no custeio da capacitação e especulação de metas aos seus funcionários no intuito deles avaliarem periodicamente os aspectos e impactos ambientais em todos os segmentos da empresa, para agilidade na resolução dos problemas.

A Empresa Sansuy S. A Indústria de Plásticos faz evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração. É dada importância às informações qualitativamente e quantitativamente, pois, a empresa evidenciou suas informações de forma observou-se que quase na totalidade ela se posiciona de acordo com as normas determinadas pelas leis de proteção ao meio ambiente. Suas evidenciações demonstraram em quais anos, quais os valores gastos e se os processos foram de fato provisionados dentro da empresa nos anos analisados.

### **3.5 Comparação das Práticas Ambientais das Três Empresas do Setor de Materiais básicos do segmento de materiais diversos com os Resultados Divulgados sobre os Custos e Despesas Ambientais**

Este tópico da Pesquisa vem mostrar descrever e fazer as comparações das práticas ambientais apresentadas pelas empresas, com seus respectivos resultados sobre os custos e despesas ambientais. A ilustração foi feita de forma resumida e utilizando Conceitos para comparar os dados obtidos junto às três empresas até aqui estudadas, observe-se o gráfico a seguir:

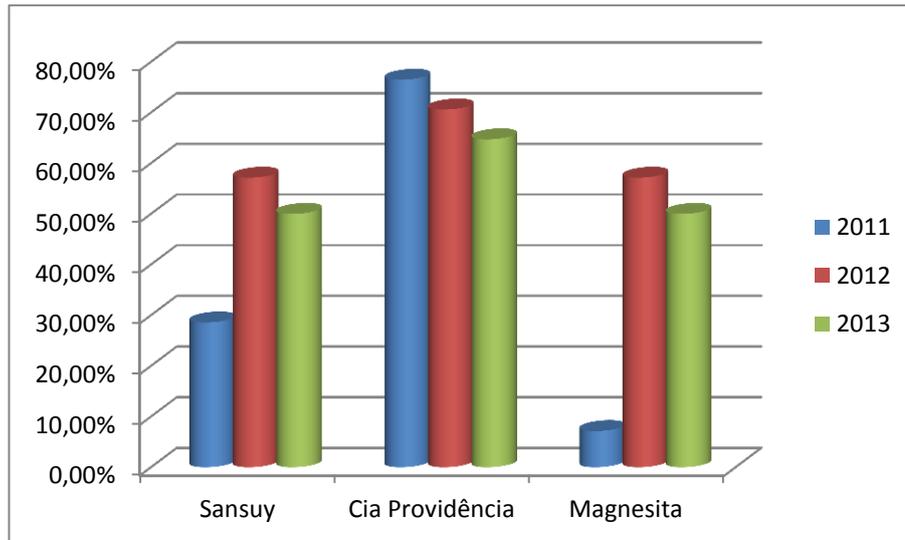


Gráfico 1 – Práticas Ambientais nas Empresas Pesquisadas

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Ao comparar as três Companhias, conclui-se que, entre elas que se apresenta com melhores resultados em relação aos investimentos financeiros com sustentabilidade é a Cia Providência, pois visivelmente apresentou destaque em suas Práticas Ambientais no período de 2011 a 2013. Em segundo lugar os melhores conceitos foram obtidos pelas empresas Magnesita Refratários S. A e igualmente a Sansuy S.A uma vez que ambas investem em Práticas Ambientais de forma moderada, porém a Sansuy e a Magnesita aumentaram suas Práticas ambientais de 2011 a 2013, enquanto que a Providência diminuiu suas Práticas Ambientais de 2011 a 2013. Todas empresas investem em Práticas Ambientais tendo recebido inúmeras certificações sobre suas boas condutas ambientais em termos de Sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, os seus custos e despesas ambientais a Cia Providência foi a empresa melhor avaliada.

Neste sentido de comparar os dados das empresas com os resultados divulgados, é possível afirmar que as mesmas provaram suas ações de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e, bem assim, fizeram todas as demonstrações e evidenciações necessárias para a satisfação dessa pesquisa e também da própria sociedade, uma vez que cumpriram com a *Lei Nº 10.650, de 16 de Abril De 2003*. Que Dispõe Sobre o Acesso Público aos Dados e Informações Existentes nos Órgãos e Entidades Integrantes do SISNAMA.

Segundo os dados quantitativos (mensuração) observa-se o gráfico que segue.

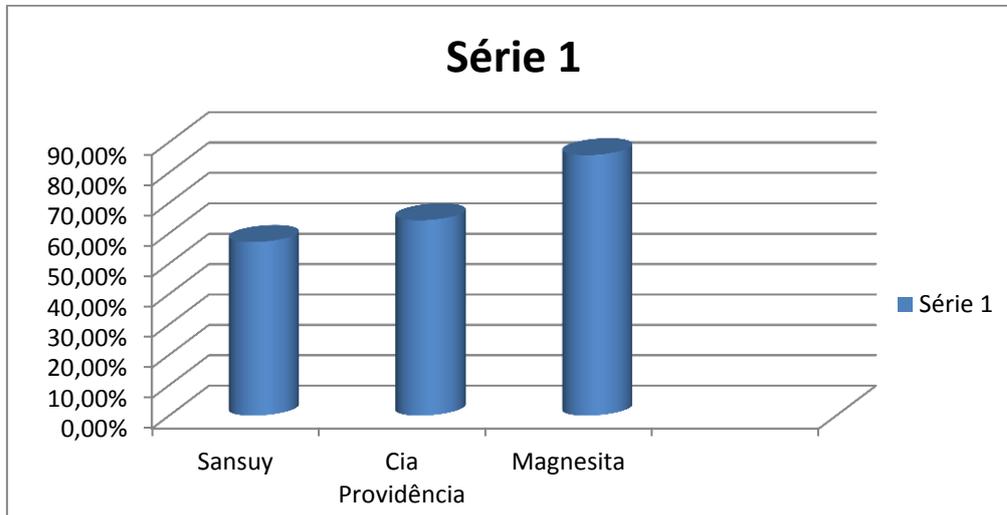


Gráfico 2 – Comparativo dos Custos e Despesas Ambientais nas Empresas Pesquisadas

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Segundo a análise dos dados quantitativos das três no ano de 2013, constatou-se que a empresa que mais mensurou em seus custos e despesas foi a Magnesita em 85,71%. Por sua vez, a Cia Providência mensurou em 64,28% e a Sansuy mensurou 57,14%.

Assim, nota-se que os investimentos tanto na Magnesita, quanto na Cia Providência e na Sansuy estão em evidência a cada ano em seus relatórios de sustentabilidade, promovendo melhorias ambientais à empresa e ao meio ambiente. O Gráfico 3 faz o comparativo das três Companhias estudadas segundo os investimentos financeiros em sustentabilidade.

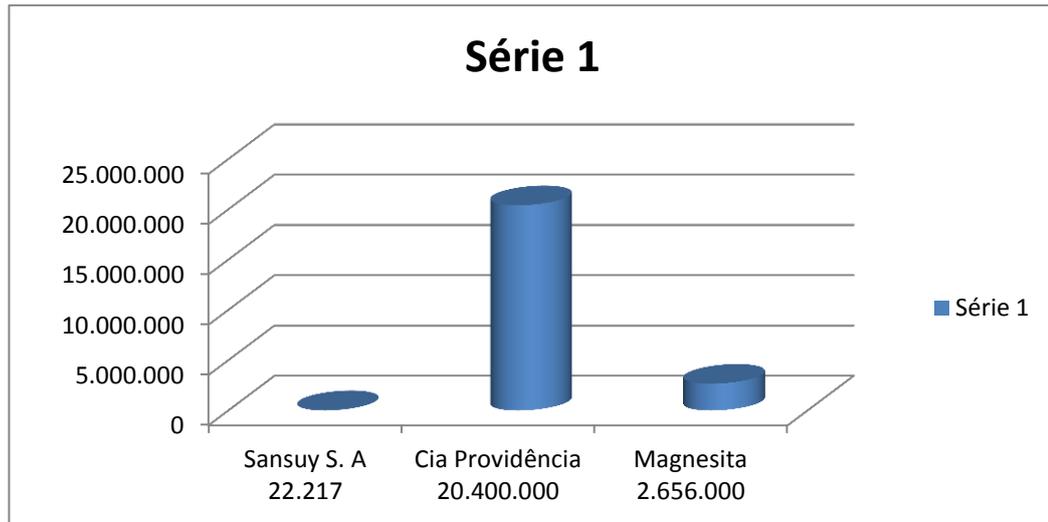


Gráfico 3 – Comparativo dos Valores Investidos em Sustentabilidade pelas Empresas em 2013

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Ao comparar as três Companhias, conclui-se que entre as empresas que representam os melhores resultados em relação aos investimentos financeiros com sustentabilidade é a Cia Providência que se destaca, pois investiu no ano de 2013 R\$ 20.400.000 milhões, enquanto que a Magnesita R\$ 2.656.000 milhões e a Sansuy apenas R\$ 22.217 mil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa observou-se que as empresas estudadas vem se adaptando aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental, e da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, elas continuamente tornam claros o nível dos esforços desenvolvidos com vistas a tais objetivos.

Percebeu-se ao longo da Pesquisa que as Companhias estudadas geriram com eficiência uma política ambiental que garantiu a elas, principalmente no período específico de 2011 a 2013, os benefícios sociais, ou seja, causaram bem para si próprias e para a sociedade em torno. Visto que os gestores ambientais, recorreram à Contabilidade Ambiental, obtiveram contribuições capazes de garantir tomadas de decisões mais adequadas. Necessário é, que os gestores continuem a alimentar essa sua visão diante dos custos ambientais, identificando-os e incluindo-os em sua contabilidade de maneira clara, pois por meio destas informações será possível continuar gerando ações que poderão resultar na definição de um diferencial sempre competitivo.

Diante disso, esta Pesquisa avaliou as empresas brasileiras do setor de materiais básicos no segmento de materiais diversos cadastradas na BM&FBOVESPA chegando a conclusão que as mesmas têm evidenciado seus custos e despesas de natureza ambiental, no período de 2011 a 2013, obtendo bons conceitos de empresas cidadãs. Para tanto verificaram-se as práticas e os impactos ambientais; identificou-se e distinguiu-se seus custos e despesas ambientais divulgadas, fazendo com eles comparação entre as práticas ambientais informadas pelas empresas e aquelas que as leis estabelecem.

Assim a Pesquisa constatou que as práticas de Gestão Ambiental encontram-se apresentadas na: Companhia Providência, na Magnesita Refratários e na Sansuy Indústria e Comércio S.A, já que todas utilizaram os procedimentos referentes às práticas ambientais, sendo que todas são certificadas pela ISO 14001, a ISO 9001, a ISO 18001, etc., Certificações estas, que presta auxílio às empresa no cumprimento detalhado das regras ambientais.

As práticas de Gestão Ambiental mais eficazes são da Cia Providência, que adotou mais diversidade no Plano de Ação em Sustentabilidade com metas e ações que englobam a utilização e reutilização dos bens naturais, resíduos e reciclagem, otimizando os processos de suas atividades; A Cia Providência também obteve melhora na eficiência do uso da energia elétrica em de 2011 a 2013, se comparada a anos anteriores. As despesas com consumo de energia elétrica teve uma redução de 30% em comparação com anos anteriores. Tendo a Cia Providência investido mais que as outras duas empresas em Práticas ambientais.

A Magnesita Refratários, por sua vez, desenvolve suas práticas ambientais de acordo com ações que também promovam a sustentabilidade como a melhoria nos processos de mineração; redução de energia elétrica; consumo com combustíveis renováveis; reciclagem e reutilização da água e tratamento correto de seus efluentes; cuidados com a biodiversidade; destinação ecológica de resíduos; programas com produtos e embalagens, bens e serviços; e licenças e autorizações ambientais. A Magnesita investiu no custeio da capacitação e especulação de metas aos seus funcionários no intuito deles avaliarem periodicamente os aspectos e impactos ambientais em todos os segmentos da empresa. Em relação aos efluentes, a empresa reduziu o volume de descarte.

Quanto a empresa Sansuy, a Pesquisa percebeu que a mesma também evidenciou quais práticas sustentáveis são aplicadas nas regiões onde a empresa se instala, que foram aplicadas para reduzir diretamente os impactos ambientais e demais riscos futuros. A Análise dos instrumentos de evidenciação da Sansuy, considerou que as informações de caráter ambiental estão sendo divulgadas. A análise concluiu nesses relatórios a divulgação do maior número de informações ambientais possíveis, proporcionando um melhor entendimento.

Sobre a distinção dos custos e das despesas ambientais observou-se que a Companhia Providência apresentou custos e despesas analisados de forma qualitativa e quantitativas em atendimento aos requisitos legais aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços, com a prevenção da poluição e da degradação ambiental.

Quanto a distinção de custos e despesas ambientais pode-se constatar-se que a Magnesita faz sua evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração, identificando em quais instrumentos de coleta estão

presentes nos anos de 2011 a 2013. A maioria das informações qualitativas são evidenciadas pela empresa como também é mensurada quantitativamente. Os custos e despesas com a política e seguro ambiental é complementada e alinhadas segundo a sua cadeia de valor, aos quais utilizam mecanismos como verificação periódica baseada em instrumento específico avaliado por auditorias de terceira parte.

A Empresa Sansuy S. A Indústria de Plásticos faz evidenciação qualitativa (descritiva) dos custos e despesas ambientais e sua mensuração. É dada importância às informações qualitativamente e quantitativamente, pois, a empresa evidenciou suas informações de forma observou-se que quase na totalidade. Suas evidenciações demonstraram em quais anos e quais foram os valores gastos.

Através de todos os resultados desta pesquisa, conclui-se que a mesma atingiu os objetivos almejados, com base na fundamentação teórica e nos dados coletados nos *sites* das empresas estudadas. A pesquisa nas empresas cadastradas na BM&FBOVESPA, possibilitou a montagem de um perfil claro das empresas quanto forma de suas evidenciações ambientais em relação aos custos e despesas resultantes dos processos de fabricação de materiais básicos e materiais diversos.

Ao finalizar este estudo espera-se ter proporcionado uma boa compreensão do tema proposto, informando aos leitores os dados pertinentes aos custos e despesas ambientais, às evidenciações das práticas ambientais e das metodologias adotadas pelas empresas estudadas para com suas atividades ambientais.

Às novas pesquisas vindouras sugere-se uma análise nas empresas do segmento de materiais diversos, com enfoque, na gestão de resíduos desenvolvida pelas três empresas para posterior comparação entre elas e seus Benefícios ao Meio Ambiente.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARTIGO: **Uma Análise da Evidenciação Ambiental de Companhias Brasileiras de 1997 a 2005**.

[https://scholar.google.com.br/scholar?q=uma+an%C3%A1lise+da+evidencia%C3%A7%C3%A3o+ambiental+de+companhias+brasileiras+de+1997+a+2005&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholart&sa=X&ei=HZfmVNCsFcm/](https://scholar.google.com.br/scholar?q=uma+an%C3%A1lise+da+evidencia%C3%A7%C3%A3o+ambiental+de+companhias+brasileiras+de+1997+a+2005&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=X&ei=HZfmVNCsFcm/)

**BM&FBOVESPA - Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE: apresentação**. Disponível em :

<<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idoma=pt-br>> Acesso em: 27 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da Presidência da República: capítulo VI, artigo 225**. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 16 jan. 2014.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, N. L.; MATOS, E. R. J.; MORAES, R. O. VIII CONGRESSO DE CUSTOS. **Contabilidade Ambiental. Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, ano III, n. 8, mai/jul, 2000.

CAVALCANTI, Janeide Albuquerque – **Guia para Elaboração da Monografia** – Sousa/PB, 2009.

CONAMA–Conselho Nacional do Meio Ambiente - Resumo: No Brasil a questão dos resíduos de saúde passou a ter destaque após promulgação das resoluções n. 358.306. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/scholar?q=conama&btnG=&hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_vis=1](https://scholar.google.com.br/scholar?q=conama&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1)

CONTABILIDADE e **gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 1997 GRAY, R. **A neutralidade da contabilidade**

COSTA, R.; MARION, J. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.

DECRETO Federal nº 97.632 Artigo 1º de 10 de Abril de 1989; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D97632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm)

FUNVERDE – Fundação Verde - <https://funverde.wordpress.com/>

GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA). XV., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, dez. 2013. P. 541 – 555.

GRAY, R. **Responsabilidade, sustentabilidade e contabilidade social e ambiental: o setor corporativo pode se pronunciar? (2003)**

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAUARK, F; MANHÃES, F. C; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010. Disponível em: em:<<http://www.pgcl.uenf.br/2013/download/LivrodeMetodologiadaPesquisa2010.pdf>> Acesso em 07 de ago. 2013.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental – o passaporte para a competitividade. **Revista do Contabilista Catarinense. CRCSC & Você.** Florianópolis - SC., v.1, n.1, p. 25-40, dez/2001 - mar/2002.

KRAEMER, M. E. P. **O impacto da contabilidade do meio ambiente no sistema de gestão ambiental.** In SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL, 2., 2002, Aquiraz.

LEGISLAÇÃO Ambiental Brasileira

Lei 6.938/81 Política Nacional do Meio Ambiente de 31 de Agosto de 1981 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)

LEI 6404. Dispõe sobre as Sociedades por Ações – 15 de Dezembro de 1976: <http://www.soleis.com.br/L6404.htm> - Revogada pela Lei nº 11.638 de

LEI das Atividades Nucleares – **número 6.453 de 17/10/1977.**

LEI de Crimes Ambientais Nº 9605 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)

LEI Proteção à Fauna - nº 5.197 de 3 de Janeiro de 1967 – <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5197-3-janeiro-1967-364679-norma-pl>.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, D. O. C. de; PINTO, F. R.; CARLOS, M. G. O. **O caso de uma indústria de limpeza e sua gestão da cadeia de suprimentos sustentável à luz do framework de seuring e müller.**In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE

OLIVEIRA, Cristina Estrela - **MONOGRAFIA – EVIDENCIAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE ADUBOS E FERTILIZANTES REGISTRADAS NA BM&FBOVESPA E NO INDICE DE**

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE).** Apresentada Recentemente ao Curso de Contabilidade da UFCG – Campos Sousa, 2014

PLANETA ORGÂNICO. **Meio Ambiente** - As 17 Leis Ambientais do Brasil. 2014.  
Fonte: <http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/intermed.php3#127>.  
<<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>> Acesso em: 16 jan. 2014.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente.** Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98, p. 3-4.

RIBEIRO, Maisa de. Sousa. **Contabilidade ambiental.** 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Site: Companhia Providência Indústria e Comércio: <http://www.providencia.com.br/ri/>

Site: Magnesita Refratários S. A: <http://www.magnesita.com.br/a-empresa/sustentabilidade>

Site: Sansuy S.A Indústria e Comercio  
[http://www.sansuy.com.br/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&tipo=38322&conta=45&id=141445&prod=7&subprod=40](http://www.sansuy.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=38322&conta=45&id=141445&prod=7&subprod=40)

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Editora Atlas, 2006.

**ANEXO****ANEXO 01**

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003.**

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a:

I - qualidade do meio ambiente;

II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;

III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;

IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;

V - emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos;

VI - substâncias tóxicas e perigosas;

VII - diversidade biológica;

VIII - organismos geneticamente modificados.

§ 1º Qualquer indivíduo, independentemente da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações de que trata esta Lei, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

§ 2º É assegurado o sigilo comercial, industrial, financeiro ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais.

§ 3º A fim de que seja resguardado o sigilo a que se refere o § 2º, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações de caráter sigiloso à Administração Pública deverão indicar essa circunstância, de forma expressa e fundamentada.

§ 4º Em caso de pedido de vista de processo administrativo, a consulta será feita, no horário de expediente, no próprio órgão ou entidade e na presença do servidor público responsável pela guarda dos autos.

§ 5º No prazo de trinta dias, contado da data do pedido, deverá ser prestada a informação ou facultada a consulta, nos termos deste artigo.

Art. 3º Para o atendimento do disposto nesta Lei, as autoridades públicas poderão exigir a prestação periódica de qualquer tipo de informação por parte das entidades privadas, mediante sistema específico a ser implementado por todos os órgãos do Sisnama, sobre os impactos ambientais potenciais e efetivos de suas atividades, independentemente da existência ou necessidade de instauração de qualquer processo administrativo.

Art. 4º Deverão ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos seguintes assuntos:

- I - pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão;
- II - pedidos e licenças para supressão de vegetação;
- III - autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais;
- IV - lavratura de termos de compromisso de ajustamento de conduta;
- V - reincidências em infrações ambientais;

VI - recursos interpostos em processo administrativo ambiental e respectivas decisões;

VII - registro de apresentação de estudos de impacto ambiental e sua aprovação ou rejeição.

Parágrafo único. As relações contendo os dados referidos neste artigo deverão estar disponíveis para o público trinta dias após a publicação dos atos a que se referem.

Art. 5º O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado, sujeitando-se a recurso hierárquico, no prazo de quinze dias, contado da ciência da decisão, dada diretamente nos autos ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou em caso de devolução pelo Correio, por publicação em Diário Oficial.

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Os órgãos ambientais competentes integrantes do Sisnama deverão elaborar e divulgar relatórios anuais relativos à qualidade do ar e da água e, na forma da regulamentação, outros elementos ambientais.

Art. 9º As informações de que trata esta Lei serão prestadas mediante o recolhimento de valor correspondente ao ressarcimento dos recursos despendidos para o seu fornecimento, observadas as normas e tabelas específicas, fixadas pelo órgão competente em nível federal, estadual ou municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Brasília, 16 de abril de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Marina Silva*

*Álvaro Augusto Ribeiro Costa*

**Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 17.4.2003**

## ANEXO 2

### NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

#### NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

##### 15.1 - CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 - Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 - Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 - A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

##### 15.2 - INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

###### 15.2.1 - Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 - A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

###### 15.2.2 - Recursos Humanos

15.2.2.1 - Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 - Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 - Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 - Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
  - menores de 18 anos
  - de 18 a 35 anos
  - de 36 a 60 anos
  - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:

analfabetos

com ensino fundamental

com ensino médio

com ensino técnico

com ensino superior

pós-graduados

j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 - Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 - Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 - Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 - Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;

- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 - Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

#### 15.2.4 - Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

#### 15.3 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 - Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 - As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Presidente do Conselho

---